

REVISTA MENSAL

RN/ECONÔMICO

ANO XV — N.º 152 — ABRIL/84 — CR\$ 1.000,00

A CRISE DA UFRN



415

VOCÊ NUNCA DIRIGIU ASSIM.



Novo painel espumado e reestilizado. Novo econômetro SVA. Ar condicionado.



Detalhes de estilo ainda mais atuais.

Por fora, o Voyage 84 apaixona pelas novas cores metálicas, os vidros verdes, as elegantes rodas de liga leve. Por dentro, ele é um pequeno exemplo de como o resto do mundo deveria ser: silencioso, seguro, aconchegante.

Começando pelo carpete alto do assoalho, subindo pelos revestimentos luxuosos das portas e dos bancos, passando pelos cintos de 3 pontos com enrolador automático e chegando ao porta-luvas iluminado.

Mas a maior surpresa é na hora de dirigir. Enquanto o novo e econômico motor 1.6 responde com potência e agilidade ao menor toque,

a estabilidade surpreende mesmo nas curvas mais fechadas. Junte tudo isso e você terá um carro capaz de tornar o simples trajeto casa-escritório numa experiência emocionante.

Experimente o Voyage 84 a álcool ou a gasolina no seu Concessionário Volkswagen. Lá você encontra um plano de pagamento perfeito para o seu bolso.

Voyage 84. Você nunca dirigiu assim. Com tanto conforto, com tanto prazer.

VOYAGE



MARPAS S/A

MARPASS/A
Av. Tavares de Lira, 159
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados
VOLKSWAGEN
para o Rio Grande do Norte

DISTRIBUIDORA SERIDÓ

Rua Nascimento de Castro, 1597
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576
Telefones: 223-4566/223-3228

ÍNDICE

ESTADO

DCE: decisão não pode vir da cúpula	10
Preocupação é também dos professores	10
Estudantes fazem suas críticas	14
Greves e mais greves, a rotina	14
Salário baixo, falta de material	17
Correios: estatísticas já ajudam	18
Sunab: só sigla ou cabide de emprego	19
Computador na vida de cada um	21
Bares: modismo da ascensão e queda	27
Cuidado: a morte pode estar num refresco	29
Cinevídeo ocupa espaço do cinema	31
Gay, preconceito no modo de encarar	36
Nildo, a arte escondeu o outro lado	37
Zildamir, agora como empresário	38
Poluição, ameaça constante	39

ARTIGOS

Manoel Barbosa	7
Cortez Pereira	13
Raimundo Soares	26
Ney Lopes	35

HUMOR

Cláudio	42
---------------	----

SEÇÃO

Homens & Empresas	4
Cultura	40

CAPA

Flávio Américo



A crise na UFRN

A ocupação do prédio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por estudantes não significou apenas um momento de confronto entre a massa estudantil e as autoridades educacionais do Estado. Ela surgiu como reflexo de uma crise muito mais profunda. A própria crise do ensino universitário brasileiro. Mas, no caso da UFRN, essa crise tem uma dimensão maior ainda, porque, como a unidade se encontra no Nordeste, o seu estado de carência de verbas e de recursos é muito mais crônico e grave. Depois da ocupação, essa questão veio à luz com mais nitidez. Mesmo porque, antes dela, já haviam se

registrado várias greves em cursos da UFRN. E greves que reivindicaram melhores condições de ensino, sem nenhum sentido contestatório. A situação é tão delicada que atinge o próprio corpo de funcionários e professores. Na verdade, nem o Reitor Genivaldo Barros está satisfeito. Todas essas questões são objetivo de um amplo levantamento realizado por **RN/ECONÔMICO**, fruto de uma matéria que se inicia na página oito. Expomos o assunto em suas mais variadas vertentes para que se possa fazer uma avaliação serena e sem precipitação, dentro da nossa conhecida linha de equilíbrio.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XV • N.º 152 • ABRIL/84 • CR\$ 1.000,00

DIREÇÃO:
DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira
DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira.
REDAÇÃO
DIRETOR DE REDAÇÃO: Manoel Barbosa
ARTE E PRODUÇÃO
CHEFE: Euryly Moraes da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira.
FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho
DEPARTAMENTO COMERCIAL
GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira
GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emlídio da Silva
RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do Norte,

é de propriedade de **RN/ECONOMICO EMPRESA JORNALISTICA LTDA.** — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 12.000,00. Preço de exemplar atrasado: Cr\$ 2.000,00. Consulta ao arquivo/memória: Cr\$ 10.000,00.

SUCESSO DO CONSÓRCIO — Nem bem completou o seu segundo ano de atividades, o Consórcio Eldorado conclui o seu 12.º grupo de consorciados, somando mais de 1.300 participantes. É o único consórcio em Natal que inclui Bugres Selvagem em seus sorteios. Segundo seu diretor, o empresário Sérgio Freire, a procura crescente ao consórcio deve-se à situação da classe média brasileira que, em consequência do atual sistema econômico, tem de apelar para esse recurso para ter acesso a determinado tipo de bens de consumo, sobretudo o carro novo.

★★★★★

PROMOÇÃO DO BOMPREGO — Uma oportuna promoção do grupo Bompreço em Natal, com o objetivo de implantar uma nova fórmula de economia doméstica. Trata-se do Encontro Bompreço com a Empregada Doméstica, a realizar-se no dia 26 de maio no Centro de Convenções, de 14 às 17 horas. Os temas serão Economia Culinária, Cuidados no Trabalho e Prevenção de Acidentes no Lar. Antes, nos dias 24 e 25, o grupo promoverá o X Encontro Bompreço com a Dona de Casa, que abordará temas de atualidade do interesse da família. As donas de casa que se inscreverem no Encontro ganharão o direito de enviar sua auxiliar ao I Encontro Bompreço com a Empregada Doméstica dois dias depois. Especialistas em segurança no trabalho e em economia doméstica

NO DUCAL É NATAL TODO FIM DE SEMANA.

Se você gosta de unir o prazer à mordomia, arrume as malas, pegue família e venha passar um fim de semana em Natal, no Ducal Palace Hotel.

Venha só o que o Ducal tem para lhe oferecer nos fins de semana, por um preço que não existe mais no de hoje: Cr\$ 98.700,00 por casal, com um detalhe: criança até 3 anos não paga.

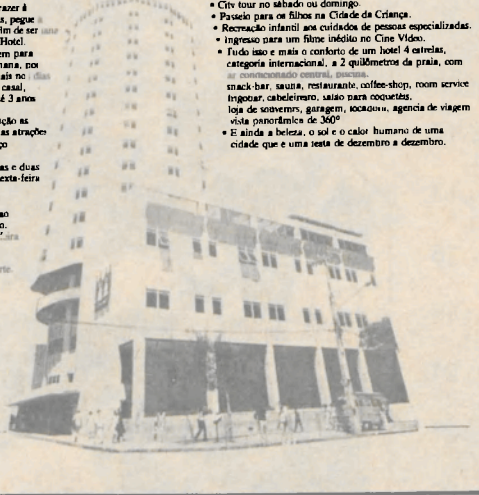
Agora, observe com atenção as facilidades, as vantagens e as atrações do Ducal, incluídas no preço da diária:

- Hospedagem para três dias e duas noites, com chegada na sexta-feira após as 14 horas e saída no domingo até 19 horas
- Trasmão de ida e volta ao Aeroporto Augusto Severo.
- Welcome drink na sex. - Casa à noite.
- Café da manhã típico.
- Almoço ou jantar à la carte.

- City tour no sábado ou domingo.
- Passeio para os filmes na Cidade da Criança.
- Recreação infantil aos cuidados de pessoas especializadas.
- Ingresso para um filme inédito no Cine Vídeo.
- Tudo isso e mais o conforto de um hotel 4 estrelas, categoria internacional, a 2 quilômetros da praia, com:

CONDOMÍNIO CENTRAL, piscina, snack-bar, sauna, restaurante, coffee-shop, room service, frigobar, cabeleireiro, salão para coquetéis, loja de souvenirs, garagem, jacuzzi, agência de viagens, vista panorâmica de 360º.

- E ainda a beleza, o sol e o calor humano de uma cidade que em uma sexta de dezembro a dezembro.



estarão encarregados de proferir as conferências.

★★★★★

HERBUS NA FENIT — A Herbus Confecções também se fará presente na Feira Nacional da Indústria Têxtil — FENIT, que se realizará de 28 de maio a 5 de junho no Parque Anhembi, em São Paulo. A empresa potiguar prepara mostruário com os novos lançamentos da moda masculina para expor em seu stand da mostra, que é uma das mais importantes do País, no gênero.

DUICAL COM NOVA POLÍTICA — O Ducal Palace Hotel decidiu partir para uma política mais agressiva de divulgação. Para os meses de maio e junho, ele prepara um esquema para divulgar o seu pacote destinado a atrair turistas, com uma série de atrações especiais.

★★★★★

AMPLIAÇÃO DO HOTEL TIROL — Os hotéis de Natal têm procurado se preparar para atender a uma procura cada vez maior de turistas. O Ti-

rol tem se destacado, neste aspecto e, hoje, já é uma unidade hoteleira que oferece 100 apartamentos, depois da mais recente expansão, em que reformou e ampliou a portaria e toda a fachada, tudo com recursos próprios. O grupo do Hotel Tirol também pretende construir, em breve, outro hotel na Via Costeira.

★★★★★

MAIS CONCORRÊNCIA NO COMÉRCIO DE NATAL — Fala-se muito em retração de vendas no comércio de Natal. Mas estão surgindo, sempre, novas lojas de fora. Depois da Marisa, que causou furor com uma campanha publicitária que atraiu grande número de pessoas à sua inauguração, agora é a vez da Sabina, que surgirá no lugar da antiga Livraria Opção e Casa Rio Decorações, na Avenida Rio Branco. A loja é do grupo das Lojas Brasileiras. O investimento é de Cr\$ 100 milhões — só o ponto leva Cr\$ 70 milhões.

★★★★★

CENTRO COMEÇA A SER OCUPADO — O Centro de Convenções, que será inaugurado oficialmente no fim do mês de maio, começa a ser ocupado. O empresário Nagib Assad Salha e seu filho Neder Nagib Assad Salha estão à frente do Restaurante Mil e Uma Noites, que funciona ali, dentro dos padrões exigidos para atendimento a um público exigente e acostumado a frequentar os melhores restau-



Marinho leva Herbus para Fenit

HOMENS & EMPRESAS

tes do País, com cozinha árabe e internacional.

★★★★★

SAFRA INAUGURA SUA AGÊNCIA — O Banco Safra inaugura suas instalações próprias em Natal na primeira semana de maio, com a presença do presidente da organização, Joseph Safra. O prédio do banco é na rua João Pessoa, contando com estacionamento próprio para os clientes. Segundo Guilherme Soares, gerente geral, é o Safra, agora, o banco melhor instalado em Natal, depois dos oficiais.

★★★★★

NOVA POLÍTICA DE GALVÃO MESQUITA — O grupo Galvão Mesquita partiu rápido para sua nova política de racionalização das lojas, segundo havia anunciado seu diretor-presidente, Paulo de Paula. Assim, foi desativada a loja da Presidente Bandeira e o Peg & Leve da Prudente de Moraes transformado numa loja Galvão Mesquita. Mas com uma nova característica: a da prestação de serviços de encanadores, electricistas, etc. Assim, o cliente, quando necessita dos serviços de um desses profissionais, liga para Galvão Mesquita e os requisita. Agora, pois, a loja, além de comercializar todo tipo de material de construção e elétrico, ainda fornece o profissional.

★★★★★

MODIFICAÇÕES NA TRIBUNA — Enquanto não vêm à luz ou se



Guilherme: "O Safra será melhor agência de Natal"

concretizam as modificações empresariais na empresa que edita a Tribuna do Norte e a Rádio Cabugi, já ocorreu, pelo menos, uma alteração na sua direção, com a entrada no posto de diretor geral do jornalista Dorian Jorge Freire no lugar de Agnelo Alves. Afirma-se que o grupo estaria ligado a outro, do Sul, para entrar na jogada da compra do acervo da Empresa Jornal do Comércio, do Recife. Espera-se, para breve,

um novo conjunto de alterações na empresa.

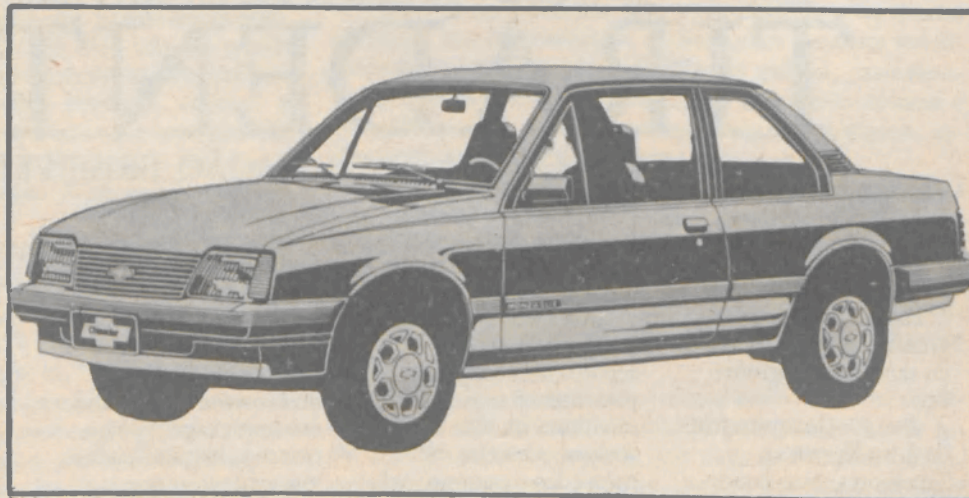
★★★★★

AUMENTA NÚMERO DE IMOBILIÁRIAS — Apesar da anunciada crise no mercado de imóveis de Natal, nunca a cidade possuiu tantos escritórios de corretores de imóveis e imobiliárias. Está havendo, inclusive, um acentuado processo de renovação, com o surgimento de novos nomes

a, praticamente, cada semana. O aumento da oferta de imóveis de mutuários do BNH que não podem mantê-los seria uma das causas desse novo boom de corretores.

★★★★★

SUCESSO DO MONZA EM NATAL — O sucesso do Monza em Natal repete, segundo os especialistas, o que aconteceu em outras cidades de todo o mundo, confirmando, ao mesmo tempo, o acerto das pesquisas da GMB que levaram a trazer à sua montagem para o Brasil. Avançada tecnologia, desempenho e linhas de grande beleza são alguns dos itens mais frequentes nas respostas dos compradores do Monza e que constam das pesquisas realizadas para saber a razão da preferência por esse veículo da parte do consumidor nacional. De outro lado, o Chevette a álcool, segundo pesquisa do Ministério da Indústria e Comércio, revelou ser o carro mais econômico entre os modelos da sua classe.



O Monza repete em Natal o sucesso do mundo



JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER

TIRADENTES

PATRONO CÍVICO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Presidência da República

Lei nº 4.897 de 9 de dezembro de 1965

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é declarado patrono cívico da Nação Brasileira.

Art. 2º - As Forças Armadas, os estabelecimentos de ensino, as

repartições públicas e de economia mista, as sociedades anônimas em que o poder público for acionista e as empresas concessionárias de serviços homenagearão, presentes os seus servidores na sede de seus serviços, a excelsa memória desse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efígie

do glorioso republicano.

Parágrafo único - As festividades de que trata este artigo serão programadas anualmente.

Art. 3º - Esta manifestação do povo e do Governo da República em homenagem ao patrono da Nação Brasileira visa evidenciar que a sentença condenatória de Joaquim José da Silva Xavier não é labéu que lhe infame a memória, pois é reconhecida e pro-

clamada oficialmente pelos seus concidadãos, como o mais alto título de glorificação do nosso maior compatriota de todos os tempos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 9 de dezembro de 1965.

144º da Independência e 77º da República.
Humberto de Alencar
Castello Branco

Nordeste desonesto?

MANOEL BARBOSA

O Projeto Nordeste, que seria um novo instrumento de salvação econômica da Região, antes mesmo de tomar forma definitiva, começa gerando polêmicas e desconfortos. Como sempre, quando a coisa se relaciona com Nordeste e envolve muito dinheiro. A situação, de fato, é desconcertante. O Nordeste já está num aperto, com todos os seus problemas identificados, com as soluções mais do que delineadas e mastigadas, porque debatidas durante esses anos todos de sofrimento. Pois o Projeto Nordeste especifica que o principal órgão financiador, o Banco Mundial, só passará a liberar verbas daqui a dois anos. Isso é uma das contradições. Ora, se o Projeto já se baseia, em parte, em estudos realizados pelo Rural-Norte, há dez anos; se já está de acordo com uma realidade mais do que conhecida, por que a demora? Pior: mais uma vez os organismos com alguma representatividade regional, como a Sudene, passam a desempenhar papel secundário, como se tudo o que fosse da Região fosse suspenso.

Ora, o Nordeste não precisa mais de estudos. Os problemas estão mais do que equacionados. Falta direcionamento para o crédito, falta a acumulação de água em açudes tecnicamente bem construídos, falta uma política de terras convenientes e falta, sobretudo, uma rede distribuidora para o que se for produzir. Esses são itens básicos. Os dólares que o Banco Mundial pretende jogar no Projeto Nordeste resolveriam perfeitamente o problema. A questão é só uma, a partir daí: quem vai controlar a distribuição desse dinheiro?

Allás, a questão é muito velha. Roda-se, roda-se e termina-se sempre num mesmo ponto: as soluções estão à vista, há disposição para aplicá-las e, as vezes, até o desejo de aplicar o dinheiro. Mas com quem vai ficar o controle?

Por isso diz-se que a questão do Nordeste é uma questão política. Essa afirmação fica sempre muito genérica. O que, na verdade, é uma questão política, em se tratando de uma Região? Trocando em miúdos, é isso aí: o direito de decidir, por si, o que fazer dos recursos, de como aplicá-los, como geri-los. Porque o que tem acontecido, nas enxurradas de planos e propósitos sobre o Nordeste, é perderem-se as intenções na pulverização de diretrizes. Ainda agora existem cerca de dez programas e subprogramas para o Nor-

deste, todos com propósitos semelhantes e vinculações a ministérios diversos — nunca a um organismo nitidamente do Nordeste. A Sudene não determina nada, pois é um organismo subordinado ao Ministério do Interior, uma simples repartição burocrática. O Banco do Nordeste é um repassador de recursos, dependendo das determinações superiores — centralizadas em Brasília.

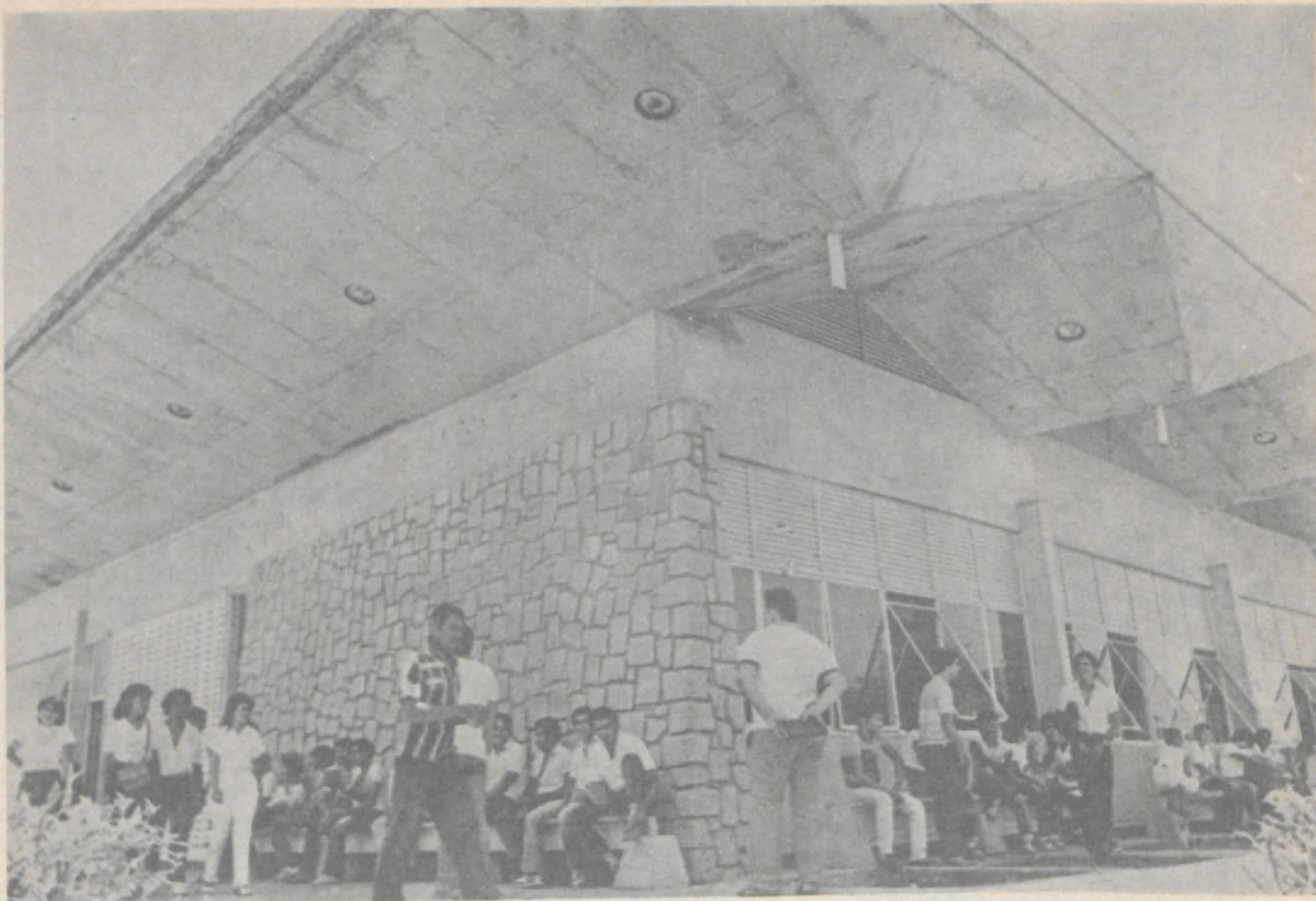
Por que não deixar o Projeto Nordeste sob o comando de um Conselho de Governadores da Região, com plena autonomia para tomar decisões? Ou os Governadores não são pessoas confiáveis?

As coisas, quando se trata de Nordeste, ganham sempre um ar de folclore. Quando se fala em seca, além da imagem da fome, vem a imagem da indústria da seca e dos «coronéis» desonestos. Com a Emergência, tornou-se moda abordar-se os escândalos da Emergência. Certo. Há e sempre houve a indústria da seca. Mas esse tipo de desonestidade em nada — mas em nada mesmo — fica a dever aos escândalos das fazendas fantasmas do Centro-Sul para arrancar dinheiro barato do crédito agrícola do Banco do Brasil e aplicá-lo no mercado financeiro. O dinheiro que tem corrido nesse tipo de manobra é de uma dimensão tal que torna os industriais da seca meros batedores de cartela.

Desonestidade existe aqui e lá e em qualquer parte. Não é só no Nordeste. E a precariedade com que os recursos são distribuídos, assim como os seus mecanismos de controle, ainda facilita os golpes, justamente porque os cordões de condução são muito tênues e complicados. Se tudo ficasse mais claro e definido, seria muito mais difícil a malversação.

Os economistas dizem que quanto mais siglas mais ineficiência, mais descontrole. Quando se trata do Nordeste, porém, eles mesmo tratam de complicar, colocando um monte de siglas para controlar um tantinho de verbas, a ponto do dinheiro diluir-se na voragem burocrática e ninguém saber quem controla quem.

Seria muito mais fácil entregar tudo para um só órgão na Região se responsabilizar pela condução de toda a política. Se fracassar, que seja substituído. Mas, pelo menos, que se dé uma chance do Nordeste agir por si próprio. Já é tempo.



Um semestre tenso, que fez aflorar a difícil situação da UFRN

CRISE NA UFRN(1)

O caos acompanha a crise geral em todo Brasil

No caos geral da economia brasileira, o ensino universitário cai à medida em que o próprio País é desacreditado, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte não poderia deixar de ser um dos exemplos do caos que se instaurou no País. A crise, que se transformou na dor de cabeça de toda população, fez a UFRN apertar bastante o cinto, mexendo, inclusive, numa casa de marimbondos: os estudantes. Aumentou o preço das refeições do Restaurante Universitário em mais de 300 por cento. Insatisfeitos, os estudantes fizeram todo tipo de pressão e, como último recurso, invadiram a Reitoria (“pacificamente”, frisam) e lá permaneceram durante uma semana, paralisando todas as atividades burocráticas e, por ordem do Reitor, das atividades acadêmicas.

Embora se discuta a queda no ensino universitário e até o descrédito da

Universidade brasileira, o fator econômico — ou a falta de dinheiro mesmo — é o Grande Problema da Universidade e, em particular, da UFRN. O Reitor Genivaldo Barros diz — “a crise é nacional, repercute sobre todos os setores da administração e de uma maneira muito direta, sobre a Universidade brasileira”. A UFRN sente esse problema na pele, principalmente quando se deu conta de que o orçamento para 84 estava bastante defasado em relação ao exercício anterior: em 1983 o orçamento foi de Cr\$ 20 bilhões e este ano, de apenas três bilhões a mais, o que pouco significa, se for levado em consideração o índice inflacionário.

“Diante disso, é natural que o administrador se veja premido entre a necessidade de oferecer melhores condições de ensino e pesquisa — que são metas da Universidade de

uma maneira geral — e as circunstâncias negativas de diminuição de recursos repassados pelo Governo Federal”.

No início do ano, conta o Reitor, foi dada a notícia de um corte de 12 por cento no orçamento, mas em seguida o Governo Federal voltou atrás e decidiu permanecer com os Cr\$ 23 bilhões prometidos. Desse orçamento, diz o Pró-Reitor para Assuntos de Planejamento, professor Dalton Melo, 90% são destinados a pessoal, mas ele adianta que a diferença dos aumentos de salários são repassados pelo próprio Governo Federal. Os 10% restantes são para custeio, “mas esse não tem aumento”, frisa ele.

Diante da escassez de verba, diz o Reitor, o orçamento foi dividido previamente entre as diversas unidades da Universidade, levando sempre em

consideração as suas prioridades: ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão (pela ordem). Na opinião do Reitor Genivaldo Barros, considerando a escassez de recursos, o ensino foi o menos prejudicado.

CONTENÇÃO — Ensino prejudicado, índices salariais que não satisfazem nem professores, nem pessoal da máquina administrativa universitária, a medida imposta pelo Ministério da Educação e Cultura tem sido «contenção». Está tentando cortar as despesas variáveis (hora extra e diária) e cortou o subsídio para Restaurante Universitário. Disse o Reitor que há um grande empenho da UFRN em lutar junto ao MEC para manutenção dessas despesas variáveis, desde que sejam justificadas”, frisou.

Enquanto isso, a grande grita tem sido com o corte de subsídios para Restaurante Universitário, pelo MEC. Na explicação do Reitor, “foi uma decisão do Ministério, onde repassava para os usuários do Restaurante o custo da matéria-prima”. Essa portaria do MEC dava direito a que a UFRN reduzisse, para os carentes, em até 70% “e a UFRN começou dispensando os 70%, em prejuízo de algumas áreas da Universidade”, enfatizou Genivaldo.

Resumindo, o almoço para o estudante carente passou de Cr\$ 60,00 para Cr\$ 350,00 (segundo dados da Pró-Reitoria Estudantil, o que significa 30% do valor real de cada refeição), deixando os estudantes revoltados. Como forma de pressão, eles fizeram uma invasão pacífica na Reitoria, lá se instalaram e permaneceram durante uma semana até que sob ameaça de ação judicial e promessa (depois de longas horas de conversa entre as partes interessadas e uma comissão intermediadora) de congelar os preços do Restaurante durante quarenta e cinco dias e estudo posterior de um novo índice de aumento — decidiram se retirar e voltar às salas-de-aula.

INQUÉRITO — O episódio da ocupação da Reitoria e em seguida a instauração de inquérito policial contra o comando de ocupação deixou marcas entre as duas partes. Os estudantes — durante as conversações — não gostaram da delegação de poderes pela Administração Central, ao Pró-Reitor Estudantil, Jaime Mariz e ficaram inconformados com a continuidade da abertura de inquérito, quanto a



Genivaldo: sem respostas

desocupação do prédio da Reitoria foi decidida apenas algumas horas depois do que havia sido proposto pela Justiça Federal.

Apesar de tudo, para o Reitor o relacionamento da administração com os estudantes tem sido muito boa, “nunca me neguei a dialogar”, afirma ele.

As exigências dos estudantes, que não diz respeito somente ao problema do RU, mas ao problema de ensino da Universidade de um modo geral, da falta de verbas para a educação. Por reivindicações específicas da UFRN e reivindicações mais gerais, que dizem respeito ao ensino brasileiro.

Elogiando o relacionamento que existe entre ele e os estudantes, Genivaldo diz ainda que os estudantes da UFRN são politizados como todo estudante brasileiro, interessados nos problemas políticos-partidários e políticos universitários, “defendendo algumas reivindicações, algumas justas, as quais a administração entende como passíveis de reivindicá-las”. Dentre as consideradas justas, Geni-

baldo cita “democratização da Universidade, sem interferências de política ideológica, e melhor assistência ao estudante”, entre outras.

O Reitor da UFRN acredita ainda que há assuntos vinculados à política partidária e ideológica, mas ele considera isso normal em qualquer parte do mundo, mas “há também as reivindicações que buscam a sobrevivência do estudante pobre”, considera.

CRISE E REFORMA — Para o Reitor Genivaldo Barros, a Universidade brasileira tem dois problemas. O primeiro é a tão decantada crise financeira e o segundo é a dúvida quanto à validade da Reforma Universitária (implantada em 1968), que é um assunto muito discutido e contestado pelos educadores. “Tanto isso é verdade, que há empenho do MEC em já promover uma avaliação dos resultados dessa Reforma”.

A Reforma Universitária segue modelos importados dos Estados Unidos e Genivaldo não acredita em sua validade, e vai mais longe: “Acredito que a Reforma tem a sua participação nas dificuldades que a Universidade brasileira atravessa. Acredito mais no modelo antigo. É mais condizente com a nossa realidade”.

Batendo na mesma tecla, dinheiro é o grande problema. A falta de autonomia da Universidade, que tem de seguir os passos apontados pelo MEC, já que é o Ministério quem dispõe e libera as verbas, “a dependência financeira do MEC é um problema seríssimo”, reconhece Genivaldo.

Que fazer?

Genivaldo prefere se calar, dizendo apenas que não aponta soluções, não dá sugestão e nem opinião. □

CRISE NA UFRN (2)

DCE acha que falta verba. Mas também boa vontade

Os problemas da Universidade brasileira, segundo alguns, são decorrentes da séria crise financeira que o País atravessa. Porém o que falta, na verdade, é boa vontade para resolvê-los, tanto da parte da administração da Universidade — no caso, a UFRN — como do Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, que diminui a cada ano as

verbas que são destinadas ao setor educacional. Esse é o entendimento de Christian Vasconcelos, estudante de Geologia e atual Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que o expressou em entrevista a RN/ECONÔMICO. Além da falta de verba para a educação — e essa é uma das lutas mais antigas dos estudantes — os alunos reivindicam tam-

bém a democratização da Universidade e a permanência do ensino superior gratuito, diante da ameaça constante de privatização do ensino, o que significa, em resumo, a melhoria da qualidade do ensino universitário.

Ao longo de quase vinte anos, as verbas para a educação têm diminuído cada vez mais, chegando esse ano a, aproximadamente, 5 por cento do orçamento da União destinados à educação. No caso específico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o orçamento, em relação ao ano de 83, diminuiu em dez por cento e segundo Christian Vasconcelos, se levado em consideração o índice de inflação que ultrapassou os 200 por cento, pode se pensar até na total paralisação das atividades acadêmicas.

PRIORIDADE — O Reitor Genivaldo Barros diz que o ensino é prioridade da UFRN, mas o Presidente do Diretório Central dos Estudantes faz uma emenda: “O ponto de vista do que é prioritário pode ser definido de maneiras diferentes”, raciocina ele, “quando se sabe que o ensino é atividade única e última a ser atingida”. Não há mais verba para pesquisa e extensão”, informa.

“Nunca foi objetivo do Governo



Christian: pouca importância

Federal priorizar as atividades que estão diretamente ligadas às condições de vida do povo, como educação, saúde, habitação”.

O Governo Federal não está dando a devida importância à educação e como exemplo desse descaso, Christian cita uma emenda do Senador João Calmon, de 83, para destinação de 13% dos impostos para a educação e “que está, inclusive, na Constituição, e até agora o Governo não se dispôs a utilizá-lo. Enquanto isso, para manter o Colégio Eleitoral, eles ale-

gam que está na Constituição”, frisa, acentuando a contradição.

GERENCIAMENTO — No caso específico da UFRN, Christian Vasconcelos cita alguns exemplos que caracterizam a queda no ensino superior, principalmente o corte no orçamento, como também o fato de apenas 9% do orçamento da Universidade ser destinado ao ensino, enquanto o restante é para pagamento de pessoal, prestação de serviços e manutenção. Na sua opinião, o orçamento não representa as reais necessidades da UFRN e se o ensino foi ruim em 83, em 84, levando em consideração as verbas disponíveis e o índice inflacionário, será bem pior.

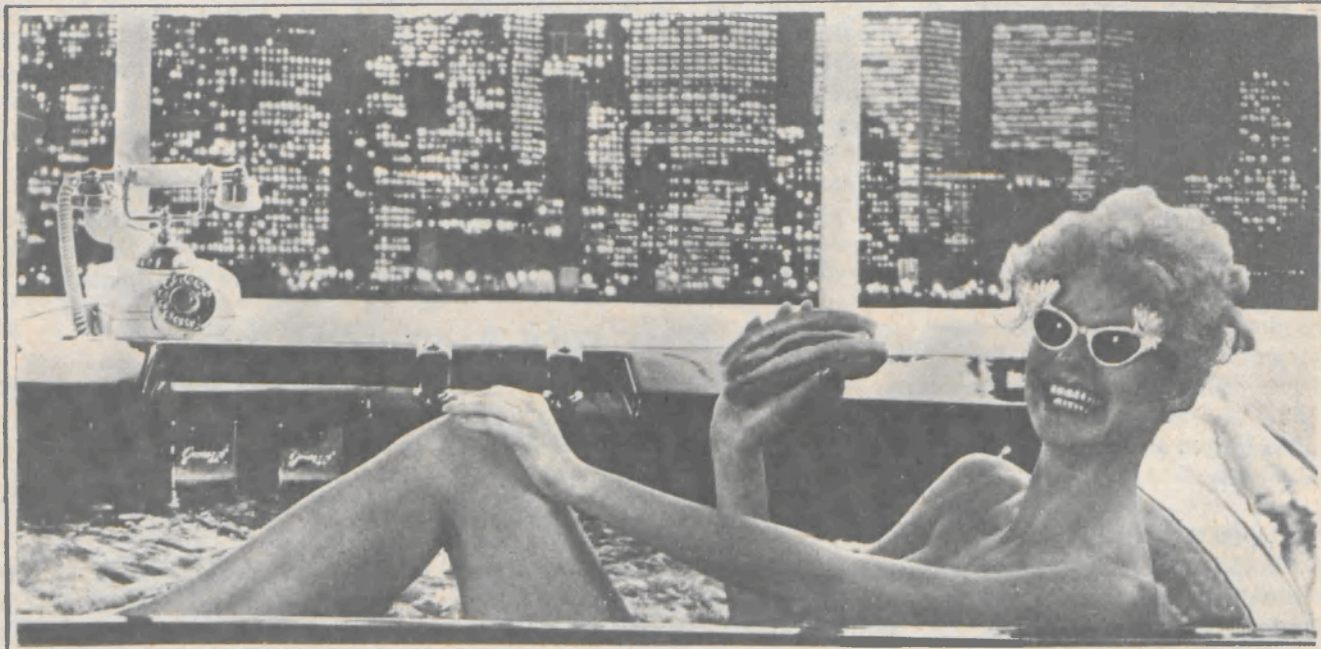
Outra informação: o Departamento de Bioquímica da UFRN necessitava, para esse semestre, de Cr\$ 9 milhões e recebeu apenas Cr\$ 385 mil. “Tinha 27 aulas práticas, hoje não tem nenhuma”, disse.

“Se a administração se propõe a priorizar as atividades do ensino, deveria assumir uma postura mais firme no contato com o MEC, que tem prejudicado a cada ano, de forma acentuada, o bom funcionamento das atividades nesse campo, nas Universidades brasileiras”

CODIF TEM

Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/ tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.



Companhia Distribuidora de Ferragens

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira Fone: 222-3571 — Natal-RN

DEMOCRATIZAÇÃO NECESSÁRIA — Desde que assumiu a Presidência do DCE, duas grandes bandeiras de lutas têm sido defendidas por Christian Vasconcelos: mais verbas pela educação (bastante citada na entrevista) e democratização da Universidade. A política dos estudantes tem sido levada avante, apesar dos contratempos e Christian reconhece que “está ficando cada vez mais difícil a gente obter vitórias localizadas, porque a política do MEC é global para as Universidades. Mesmo assim, temos obtido vitórias”.

Dentre as vitórias ele cita uma suplementação de verba para a UFRN, algumas reivindicações de cursos atendidas, entre outras. Ele acredita que, quando a reivindicação é de competência da administração da Universidade, há mais possibilidade de vitórias, “porque a pressão se faz sentir com mais intensidade”.

Uma das maiores questões levantadas pelos universitários diz respeito à democratização da Universidade, porque, no entender do Presidente do DCE, mexe diretamente com a questão do poder. Segundo disse, na situação atual, a maioria dos dirigentes universitários estão comprometidos com a política educacional do Ministério — “que é profundamente contrária aos interesses da comunidade universitária” — e na medida em que os estudantes não conseguem escolher seus dirigentes, é difícil que esses dirigentes venham atender aos interesses dos universitários.

Nos escalões mais inferiores da Universidade, como Chefia de Departamento e Coordenação de Curso, os estudantes têm conseguido influir, participar de uma forma mais efetiva. Na escolha do Reitor e Vice-Reitor, por exemplo, foi tentada uma participação dos estudantes, mas de nada adiantou.

NÍVEL — Nível do professor não é uma grande questão na queda do ensino universitário, segundo Christian, embora ele ache que de uma maneira geral, os professores não têm um nível elevado, mas frisa: para que se tenha esse nível elevado, é necessário que se ofereçam condições dignas de trabalho, cursos de especialização e aperfeiçoamento e se desenvolvam atividades no campo da pesquisa, necessárias à formação desses quadros.

Do ponto de vista quantitativo, ele destaca o que considera uma profunda contradição na Universidade: fal-



Estudantes sempre mobilizados

ta- tam professores em disciplinas importantes de alguns cursos, enquanto outros professores contratados por tempo integral, há anos não aparece na Universidade, “fazendo-se necessário abertura de concurso para contratação, visando à ampliação desse quadro, e a demissão daqueles que encaram a Universidade como um bico”.

Excetando apenas o caso do curso de Educação Doméstica, que considera inútil, Christian defende ainda a manutenção de todos os cursos da UFRN, achando-os necessários, principalmente quando se tem por objetivo o desenvolvimento da região. No entanto, ele enfatiza a precariedade de funcionamento dos cursos de Zootecnia, em Nova Cruz; Engenharia de Minas, em Currais Novos; e Psicologia, em Natal.

O Presidente do DCE criticou o

que ele chamou de «perspectiva» do MEC extinguir os cursos de Geografia e História, cujas disciplinas seriam absorvidas pelo curso de Estudos Sociais, numa tentativa vã de diminuir os recursos.

Diante de todo quadro, Christian é pessimista. Não vê perspectiva de melhoria, enquanto não melhorar o País de uma maneira geral:

“A Universidade brasileira não é uma ilha dentro da sociedade. Muito pelo contrário. Reflete, embora de forma específica, todos os problemas gerados pela maior crise vivida por nosso povo na história do País. Portanto, as perspectivas de mudança da atual situação nas Universidades brasileiras está diretamente relacionada com a possibilidade de mudança nos destinos do País”.

A curto prazo, ele acha que a Universidade brasileira necessita urgen-



A crise tem reunido todos nos debates

temente de que sejam destinadas mais verbas, para um bom funcionamento em condições mínimas”.

Christian vai mais longe em suas críticas quando diz que “hoje não há na administração da Universidade, uma pessoa que deixe de reconhecer a crise no ensino superior brasileiro. A contradição, o choque entre o es-

tudante e a administração se dá no momento em que, do ponto de vista dos estudantes, o responsável por essa situação tem sido o MEC, através de sua política educacional privatizante e por isso tem se posicionado de forma a combatê-la. A administração, apesar de reconhecer a crise, se limita a gerenciá-la”. □

CRISE NA UFRN (3)

Preocupação na Adurn: há ameaça de privatização

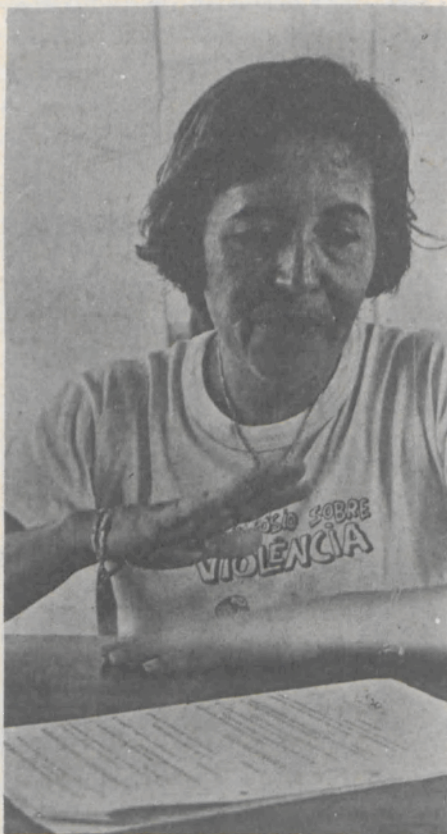
A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN) também está preocupada com a ameaça de privatização das Universidades, o que refletirá seriamente nas camadas mais populares, segundo afirmou a Presidente da entidade, professora Marlíria Ferreira de Melo. Neste caso, reflete ela, o ensino superior deixa de ser responsabilidade do Estado e passa para a empresa privada. A Presidente da ADURN prevê a conclusão do projeto do MEC para julho e em seguida enviado ao Congresso Nacional.

Temendo essa privatização — que traz uma maior seletividade para o ensino superior e impossibilita as camadas mais populares de atingir um grau mais alto em estudo — Marlíria informa que a ANDES (Associação Nacional de Docentes de Escolas Superiores) está com um estudo sobre as Universidades e preparando um anteprojeto de lei, que visa atender aos objetivos da Universidade como instituição de ensino superior.

Com a privatização do ensino, a produção da Universidade passa a servir aos interesses de quem mantém a Universidade, do próprio sistema econômico, afirma Marlíria Ferreira, que acha que a atual gratuidade do ensino é apenas aparente, uma vez que a Universidade é mantida pelas contribuições, obrigações sociais que cada indivíduo paga.

Apesar da ameaça de transformar as Universidades em fundações, é o corte nas verbas para a educação que está afetando mais de perto o ensino superior, que não dá para atender às necessidades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Marlíria Ferreira, como professora, acha que o ensino está prejudicado pela falta de condições que existem na própria Universidade, com biblioteca caren-

te, laboratórios deficientes, curto espaço de tempo dos estudantes (necessidade de sobrevivência, tem de trabalhar). No que diz respeito ao professor, continua Marlíria, falta condições de estudo, “para desenvolver estudos aprofundados na área específica de cada um e existem deficiências até no material mais simples, utilizado na sala de aula. Vários cursos já pararam por falta de papel e outros materiais de ensino, até de professor”.



Marlíria teme privatização

Como exemplo ela cita o caso dos cursos de Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia. O Curso de Medicina também tem dificuldades para está-

gios e aulas práticas, “são as deficiências do Hospital das Clínicas e da Maternidade”.

A Presidente da ADURN faz críticas ainda aos currículos, que em sua maioria são desatualizados, desenvolvidos há dez, doze anos, “sem avaliação e que necessitam de um sério estudo. Isto prejudica tremendamente a formação desses profissionais que estão saindo da Universidade”. A grande reclamação de alunos e turmas concluintes, informa, é com relação à deficiente profissionalização.

LUTAS — A saída, no seu entender, é a luta pela melhoria da Universidade, através da busca de sua democratização (interna e até democratização da sociedade onde a Instituição está inserida), que implica na distribuição das verbas para a educação. “Isso contribuirá para o desenvolvimento da pesquisa, que subsidia o ensino; pela produção científica”.

O ponto chave da questão, frisa, é partir para o processo de democratização do País. Internamente, é necessário a democratização nas IES (Instituições de Ensino Superior) com a escolha de seus dirigentes, em todos os níveis e acesso da comunidade universitária às decisões em relação às atividades da Universidade e da própria administração.

Marlíria diz que percebe uma certa influência da política partidária na escolha dos dirigentes da Universidade (leia-se UFRN) pois “partindo do princípio de que não são escolhidos pela comunidade universitária e são indicados pelas autoridades federais (reitores, diretores de centros, etc), é de se supor que haja interferência política partidária”.

“A democratização da Universidade é um objetivo que deve ser buscado de toda maneira. Fora disso, a Universidade se coloca como instituição autoritária, de dominação da própria ciência e da impossibilidade do acesso das camadas mais populares”, conclui Marlíria.

PARTIDARISMO SIM — A nível de Departamento há um partidarismo incrível. Há uma terrível anulação do professor, principalmente daquele que faz oposição”. A reclamação é da professora Elizabeth Nasser, há um mês dirigindo o Centro de Ciências Sociais, e agora ameaçada de sair para ser substituída por um professor estrangeiro (naturalizado).

A professora Elizabeth Nasser in-

O pódium do ICM

CORTEZ PEREIRA

**O Rio Grande do Norte ocupa o antepenúltimo lugar em crescimento da arrecadação de ICM no Brasil. Esta evolução situa-se longe da apresentada no período 73/74 quando o Estado ocupava o primeiro lugar em todo o País". (Diário de Natal — 24-04-84).

Os piques sejam positivos como em 73 e 74 ou negativos como agora em 83, por si, não revelam tudo.

É verdade que a queda real da receita do Rio Grande do Norte em 83, foi tão brusca que aconselharia um diálogo aberto para que, muitos refletindo e desejando superar, diagnosticassem a causa especial que tenha agravado ainda mais a grave circunstância sofrida por todo o Brasil e por todo o Nordeste.

Agora, aqui só nos propomos dar nossa possível contribuição como responsável maior pelo sucesso de 73 e 74, referido na notícia.

Com toda a certeza os índices ótimos obtidos em favor da tributação do Rio Grande do Norte à época em que governamos o Estado, simplesmente, resultaram de uma linha reta ligando causas conscientemente eleitas à resultados racionalmente esperados.

Chegamos a subir ao pódium em 1973, tendo alçada no mais alto mastro a bandeira do Rio Grande do Norte, ladeada pelas do Espírito Santo e Bahia em 2.º e 3.º lugares. Mais importante, no período de que dispomos estatísticas oficiais do Ministério da Fazenda — 1971, 1972, 1973 — foi o Rio Grande do Norte, como média dos três anos, manteve o 1.º lugar, repetido, manter o 1.º lugar em todo o Nordeste. Ainda mais, neste mesmo período, em termos médios, entre todos os Estados brasileiros, garantimos o 3.º lugar para o nosso Estado situando-se na nossa frente apenas o Espírito Santo e Mato Grosso. Se já houvesse isenção para um estudo crítico, por mais intensidade que se pudesse dar à preocupação crítica, valeria procurar saber porque tudo isso aconteceu no Rio Grande do Norte de 71/75. A curiosidade talvez se aguçasse quando a estatística revelasse que em 1970 o crescimento de ICM foi aqui negativo, - 6,04%, ficando, assim, em último lugar, vizinho ao Acre que obteve o acréscimo insignificante de + 0,75%.

A seca tinha devastado o Nordeste e escolhido o Rio Grande do Norte para sua concentração mais cruel e assim encerrou com sofrimento maior o Governo humano e cristão de Walfredo Gurgel. A nós coube a recuperação que se processou rápida, conseguindo chegar na frente dos Estados do Nordeste e em 3.º lugar, entre todos os do Brasil.

Se sabemos, como todos devem saber, a capacidade dos tributos, em circunstâncias de aplicações normais, para registrar a realidade econômica e social de uma comunidade, fácil é concluir como foi saudável a vida da produção e o bem-estar do povo, quando o Rio Grande do Norte liderava, no Brasil, o mais rápido crescimento do ICM.

Por que isto aconteceu, precisamente aqui, no Rio Grande do Norte?

A causa necessária e suficiente às mudanças é complexa.

Por que o sucesso de desempenho não se manifestou nos outros Estados, diferenciados de nós pelas condições favoráveis?

A causa necessária e suficiente às mudanças é complexa.

Começa-se elegendo o homem, não a produção e a renda, mas o homem, como objetivo e fim único do desenvolvimento. Que esta eleição não seja só de palavras, como sempre acontece; mas de ação, como nunca ocorre.

Ponha ou tire o bigode, este é um País governado por um Colégio Eleitoral de «Justos Veríssimos».

Se verdadeira a opção do homem como meta do desenvolvimento, o desdobramento coerente seria a eliminação do desemprego como o problema mais grave, a desgraça do povo. Os empregos, nesta lógica, teriam de ser criados, predominantemente, nas atividades produtivas. Como a empresa pobre das regiões atrasadas não têm capacidade de criá-los, impõe-se aos Governos, como fizeram até os Estados Unidos na recessão de 30, em todos lugares onde a depressão é conjuntural, impõe-se, aos Governos, uma moderna atribuição de participar diretamente da produção, criando empregos.

Daí não entender «presidentes de províncias» governando hoje os Estados, fazendo o que Tomaz de Araujo Pereira fazia no século passado; estradas (asfaltadas ou não), escolas (tradicionais ou com TV), comunicações (selecionando cavalos ou usando microondas), iluminando (com lâmpões de rua ou Paulo Afonso); edificando hospitais (com velhos bisturis ou raios laser).

Aos Governos cabe hoje participar diretamente do processo de criação de riquezas visando: 1) criar empregos; 2) institucionalizar o soerguimento sócio econômico criando uma classe média que faça do homem sem terra o seu proprietário, o industrial da sua produção e o exportador beneficiado por todo esse valor agregado.

Foi toda essa coerência organizacional que ligou, na simplicidade de uma linha reta, a causa dos investimentos assim orientados ao efeito do Rio Grande do Norte subir ao pódium na maratona do crescimento relativo do ICM brasileiro.

Povo desempregado morando sob pontes, marquises, ao relento, na miséria, com fome e desabrigado, um povo assim não será primeiro em nada, a não ser na própria pobreza.

O pódium não foi feito pra eles e o Rio Grande do Norte, no período referido, lá esteve sempre e por várias razões.

Estudantes: solução não sai com as medidas da cúpula

siste que o problema político partidário é muito sério e ela acredita até que os problemas da falta de verbas poderiam ser superados, se não houvesse o problema político. Dentre as críticas que ela faz — “a Universidade de um modo geral está funcionando mal” — destacam-se o boicote aos professores que “realmente querem trabalhar e a falta de prática democrática”.

A falta de verbas influi, concorda ela, mas se há um grupo de professores trabalhando por uma mesma idéia, algumas coisas podem ser contornadas. A solução, acredita Elizabeth Nasser, seria uma política de Departamento, com discussões teóricas em torno de determinados assuntos para melhoria do ensino. □

O Reitor reclama de um lado que não há recursos para tocar a Universidade satisfatoriamente. Os professores fazem veementes reivindicações por melhores salários. Os funcionários, os mais massacrados, lamentam nos corredores, mas não se arvoram a lutar com mais vigor. Os alunos, por sua vez, estão reclamando constantemente e utilizam de todos os meios para que o nível de ensino não

seja tão baixo, gritando por mais verbas para a educação. O maior medo, porém, dos estudantes, é a privatização do ensino, que está sendo ameaçado concretamente com um projeto que está sendo elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, para transformação das autarquias em fundação, podendo ainda este semestre ser enviado ao Congresso.

Os estudantes acreditam que esses

Greves e mais greves. Quase rotina na vida dos cursos

Dois greves de dez dias de duração, cada uma, para os cursos de Psicologia e Ciências Sociais; duas paralisações para os cursos de Enfermagem e Fisioterapia; extensas pautas de reivindicações diariamente para quase todos os outros cursos universitários; e comissões que estudam o fechamento de cursos nos Campi do interior. Este é o saldo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nestes primeiros meses de 1984, o que concretiza a denúncia geral sobre a má qualidade do ensino superior no Rio Grande do Norte.

O que ocorre hoje na UFRN resulta de crises mais amplas em toda a sociedade e reflete, antes de tudo, a exiguidade das verbas destinadas à educação. A reboque disso, vem uma série de problemas para todas as áreas de ensino — especialmente para as de Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Saúde e Biociências — e que vão desde a falta corriqueira de papel de qualquer tipo ao roubo de um terminal de computador. E o mais grave de todos: a formação deficiente dos futuros profissionais.

TRADIÇÃO EM GREVE — O curso de Psicologia, pertencente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, entrou em greve

mais uma vez em sua história. E é difícil garantir que será a última, quando os problemas ainda se acumulam ao ponto da própria coordenadora, Zeneide Ferreira Alves, protestar: “Para fazer um simples seminário, quase que precisamos pedir esmolas por resmas de papel e por quinze mil cruzeiros para trazer professores da Paraíba”.

Essa crise do papel é uma pedra no sapato de todos os cursos da Universidade. Muitas vezes, os alunos necessitam se quotizarem para pagar a reprodução de textos — tanto no tocante à compra do papel como para a xerocagem do material.

O estudante de Comunicação Social, Gerson de Castro — também Presidente do Centro Acadêmico do curso — acredita que isso é indício de que o ensino superior já está sendo pago aqui no Estado. E vai mais longe em sua reflexão quando diz que todas as dificuldades, incluindo a própria falta de motivação dos professores, fazem com que a situação a cada dia fique pior.

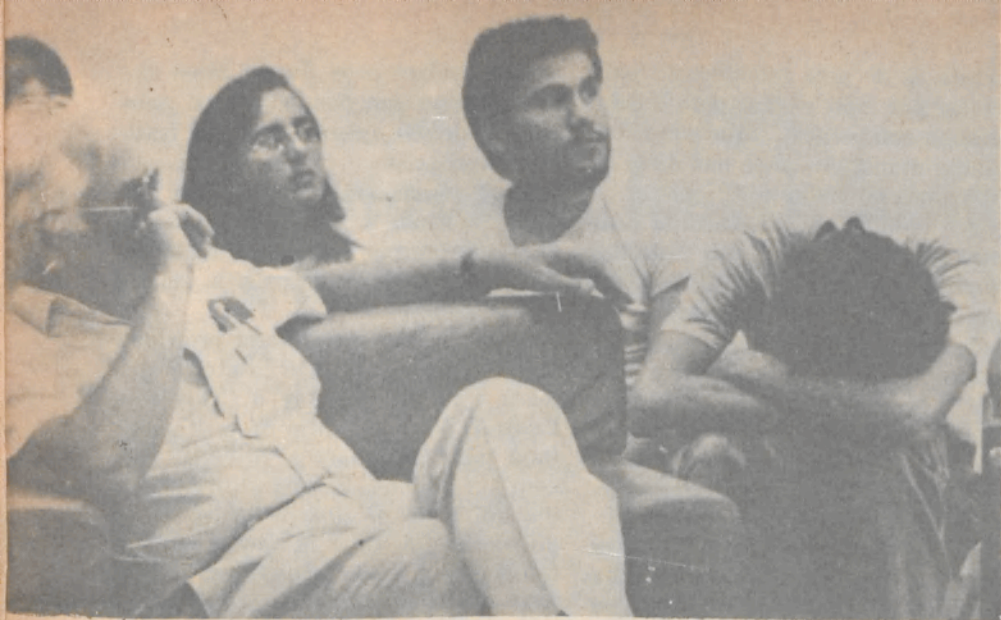
Como consequência, não se passou um ano, desde o início da década, sem que a UFRN tivesse pelo menos duas greves. De professores e de alunos.

RAÍZES PROFUNDAS — O

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes — CCHLA — já passou todo um mês sem mimeógrafo. Todas as lâmpadas dos Laboratórios de Física I e II foram roubadas há alguns meses. Um ex-vigilante da própria Universidade se «apropriou» de seis máquinas IBM antes consideradas patrimônio público. Hoje, ninguém sabe por quem, estão sendo roubados bebedouros elétricos e pias de banheiros no Campus Universitário. Mas isso não é de espantar, quando foi possível roubar um terminal de computador, que não é um equipamento tão pequeno assim.

A relação dos desaparecimentos na UFRN é grande, só equiparada à lista de ausência de professores em sala-de-aula. Alguns estão lotados nos Departamentos e realizando serviços em outras unidades da Universidade e, mesmo, fora dela. Outros, estão afastados para Mestrado. A ausência maior, porém, é daqueles professores que ainda não puderam ser admitidos, o que ocasiona enorme defasagem entre as necessidades dos cursos e o número de docentes disponível.

O curso de Enfermagem, por exemplo, tem cerca de cinquenta professores. Isso não impede que haja funcionários ministrando aulas sem perceberem o salário correspondente à função, e que uma disciplina como Introdução à Enfermagem tenha setenta alunos — que não poderão ser atendidos, neste segundo semestre, por apenas um professor.



Acompanhando a situação, estudantes querem influir

O professor Eduardo de Assis Duarte, do curso de Letras, atribui toda essa situação a dois fatores principais: a crise social e econômica por que passa todo o povo brasileiro, e a falta de verbas para a Educação.

“As raízes da crise universitária são essas. Ainda mais quando o próprio Governo”, acrescenta, “não cumpre uma emenda da própria Constituição — a emenda João Calmon, que prevê treze por cento do orçamento da União para a Educação. Hoje ainda temos somente quatro ou cinco por cento, aproximadamente”.

PERDAS E DISPERSÃO — Não é difícil, na Universidade, um professor decidir-se a não cumprir o programa da sua disciplina, ou até deixar de dar aulas. Os próprios professores se queixam de que não há mecanismos de controle acadêmico, e há casos concretos de falhas desse gênero. No curso de Comunicação Social já houve registro de abandono de disciplina por um professor.

Além desta irregularidade, existe a inadequação dos currículos de vários cursos. O de Letras, por exemplo, se ressentia da falta de uma disciplina básica para quem pretende ser professor de 1.º e 2.º Graus: Literatura Infanto-Juvenil.

O professor Willington Germano, vice-coordenador do curso de Ciências Sociais, aderiu à greve encabeçada pelos alunos em março último. A razão do seu apoio re-

side no problema dos alunos concluintes, que muitas vezes ficam «pendurados» por falta de professor. Um outro motivo, também traduzido como reivindicação, foi o Vestibular do meio do ano:

“É preciso eliminar a dupla entrada de alunos na UFRN. Isso descaracteriza as turmas, desorganiza politicamente e dilui a aplicação dos recursos. Não queremos diminuição do número de vagas, mas entendemos que um só Vestibular é melhor”.

No próprio curso de Ciências Sociais aconteceu um fato curioso: as fichas de muitos alunos, que continham as notas de cada um, simplesmente sumiram. Por isso, a atual coordenação pede uma melhor estrutura de trabalho.

NA TEORIA... — Uma outra dificuldade palpável no ensino superior potiguar — alinhada à inadequação dos currículos — diz respeito à prática constante do programa de todos os cursos.

Ambos — currículos e prática — mostram-se distanciados da realidade do Estado, que será enfrentada pelo profissional após a colação de grau. Este é um obstáculo à continuidade de cursos como Zootecnia, do Campus de Nova Cruz. Há muita teoria, pouca prática, e o que é pior: a dúvida sobre o possível aproveitamento do profissional junto à comunidade.

Especificamente quanto à prática, as dores-de-cabeça começam nos laboratórios mal-equipados,

com cortes nas verbas para a educação é uma forma de se implantar, gradativamente, o ensino privado e como exemplo claro (e mais próximo), citam o caso do corte de subsídios aos Restaurantes Universitários. Nem o aluno carente pode receber assistência da Universidade, além, é claro, da absoluta falta de material didático básico até para as aulas teóricas.

A falta de democratização da Universidade é outro item que preocupa bastante os estudantes universitários, como toda a comunidade universitária de uma maneira geral. Eles não acreditam que dirigentes escolhidos/impostos pela cúpula da administração (seja a nível de MEC ou da própria Universidade) se comprometam com os problemas dos alunos.

necessitando de urgentes reposições de aparelhos e, em alguns casos, impossibilitados para uso, como ocorre vez por outra com o Laboratório de Línguas do Setor V.

Assim fica difícil praticar, ainda mais quando a teoria foi sensivelmente prejudicada pela deficiência da bibliografia, que inexistente na Biblioteca Central do Campus Universitário para diversos cursos. O que faz com que alguns alunos cheguem a arrancar capítulos inteiros de livros ou a desenvolver técnicas engenhosas para roubar algumas obras.

Livros, equipamentos, propostas de reformulação de currículos, mais professores, melhor distribuição desses professores — tudo isso figura na lista de reivindicações que docentes e discentes entregam freqüentemente aos Departamentos, Chefias de Centro e ao Reitor Genivaldo Barros. O resultado, contudo, é sempre insatisfatório, e mínimas as solicitações atendidas.

Para o curso de Fisioterapia, pelo menos, o final foi feliz. Das cinco vagas destinadas ao Centro de Ciências da Saúde no presente concurso público, cinco vão ficar com os fisioterapeutas. Para a maioria dos cursos, entretanto, o ganho com greves e paralisações tem sido, até agora, uma mais forte conscientização das deficiências e maior empenho para saná-las. Porque, comprovadamente, a situação mudou pouco e as melhores tardam a vir para a UFRN de hoje.

CRISE — Uma Universidade em crise, como em crise está a sociedade. Refletem unanimemente os alunos entrevistados pela revista **RN/ECONÔMICO**. Ana, aluna do 6.º período do curso de Serviço Social, sintetiza toda a situação, quando diz que “realmente tá muito ruim”. Ela diz ainda que além da falta de material de ensino, há o problema do estudante pobre que, sem condições de comprar um livro, tem de fazer xerox de textos “e mesmo o aluno pagando, muitas vezes falta papel para xerox”.

Ela conclui pensativa: “E essa política do MEC de privatizar o ensino, tá deixando todo munco com medo, até sem condições de estudar”.

Aluno do curso de Direito, Joscelito Costa, 21 anos, se aprofunda mais quando o assunto é Universidade e respectiva crise que atravessa: “A instituição está em crise, porque o País está num momento de crise e isso reflete de maneira aguda na Universidade”. Ele lamenta o que chama “absurdo dos cortes de verbas”, que deixou todos os Departamentos da UFRN limitados a um mínimo de verbas — nunca o que foi solicitado. Como exemplo ele cita o caso da Prática Forense, que há dez anos serviu de modelo internacional e hoje está praticamente abandonada.

“De oito máquinas (de datilografia) que lá existiam, apenas uma funciona. E ano passado, por exemplo, todo material de expediente foi conseguido pelos próprios professores”.

Joscelito Costa também critica o autoritarismo da Universidade que, num momento de abertura, age com um passo atrás. “Não podemos eleger nossos dirigentes, que são eleitos sem a mínima participação da comunidade universitária”. Essa falta de participação da comunidade, continua, apenas distancia os dirigentes, que são meros delegados do MEC, reforçando a sua política, a partir do momento em que se dispõe a pô-la em prática.

SAÍDA — Diante da ameaça concreta da privatização, ele repudia, principalmente porque a educação está ficando em segundo plano. Embora a Ministra Esther Ferraz acredite que a saída está na privatização, Joscelito vê como solução do problema da Universidade e conseqüente queda no ensino a mobilização da comunidade porque, na sua opinião, o momento leva as pessoas a se mobilizarem.

Trata-se de uma mobilização para se lutar por mais verbas para a educação e a democracia, “que só se consegue com mobilização e não deve vir como uma dádiva”.

Essa mobilização organizada também é vista por Paulo César Cardoso, estudante do Mestrado em Antropologia da UFRN, como uma saída, mas desde que seja uma mobilização conjunta de toda sociedade, “isso a nível ideal”, frisa. A nível real, Paulo César diz que há uma possibilidade de superação do problema, mas partindo da estrutura básica — funcionários, professores e estudantes.

“Acredito na soma de forças desses três setores, para criar uma organicidade, para dar o valor que a educação e o povo brasileiro merece ou precisa”.



Nos cursos, problemas

CULPA DA ECONOMIA — Em críticas mais ácidas sobre o sistema educacional e, mais especificamente sobre a Universidade hoje, Paulo César afirma que a Universidade é o protótipo da própria sociedade em que vivemos, provocada pelo sistema econômico brasileiro — “em termos conjunturais, é a crise clara e evidente do capitalismo”, resume.

Na sua opinião, a Universidade como instituição educativa, em primeira instância reflete a crise econômica, por outro lado, leva a uma crise política e de valores — “crise de valores onde a ética e a moral não são respeitadas. As pessoas normalmente são vilipendiadas no seu próprio valor. E nós não temos crédito com relação a direção, ao direcionamento democrático.

“Na UFRN faltam produção de textos, livros. Os salários dos profes-

res são baixos e os funcionários desempenham funções paralelas para complementar a renda e isso é fruto do autoritarismo, incompetência da burguesia nacional em procurar sequer reformar a situação, inclusive abafando e prejudicando trabalhos de mudanças radicais da própria classe trabalhadora”

A necessária e esperada prioridade para a educação não existe. Disse ainda Paulo César que o “Governo Central, por apresentar proposta voltada para a economia privada, faz com que a educação seja utilizada como um meio de auferir lucro, quer elitizar a educação”. A educação está tendendo a ser privatizada. Um exemplo? Ele cita o desgaste da escola pública, levando a demanda a procurar a escola privada, que são apenas um pouco mais estruturadas que a pública.

REPRODUZ A IDEOLOGIA —

Amílcar Cavalcanti Boucinha é aluno do Curso de Psicologia, um dos menos estruturados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que funciona aos «trancos e barrancos» e só teve uma melhora agora, depois de uma greve feita por alunos e professores. Agora o Laboratório funciona, pelo menos, precariamente. Ele diz:

“As Universidades como as demais instituições de ensino são intrínsecos a todo mecanismo ideológico que rege a sociedade. A crise econômica/política/social que atravessa a sociedade, reverbera na estrutura da Universidade. Seja na administração ou no nível pedagógico do ensino; aliás, o ensino é utilizado como perpetuador e reproduzidor da ideologia dominante”.

O problema é complexo, mas Amílcar faz suas colocações sobre o que poderia ser feito para, pelo menos, modificar a atual situação nas Universidades: “Considerando a realidade social, uma das soluções é a reavaliação da conjuntura ideológica política. Seja como organização política voltada para as necessidades da sociedade e não para o interesse de um grupo ou de grupos. A colocação do problema a um nível político amplo é fundamental, pois é impraticável e obsoleta a busca de soluções a níveis mais baixos, como melhoria de condições de cursos, quando o problema é mais verbas para a educação. Como a melhoria das condições de ensino, quando o problema é reflexo de uma perpetuação de uma ideologia dominante”.

Salário baixo, insatisfação e falta geral de material

Além da flagrante insatisfação dos funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte devido à defasagem salarial (engolidos pela inflação), a crise da Universidade está refletida também nas diversas medidas de restrição impostas pela administração central, que teve um corte substancial em seu orçamento para o exercício de 1984. Na UFRN, raciona-se material de expediente, material de consumo em geral (poucas unidades, por exemplo, dispõem de serviço de copa com o famigerado cafézinho para as visitas), gasolina, diárias e, comenta-se, que as horas extras, uma das maneiras encontradas para complementar o curto salário do servidor, também será cortada, por ordem do DASP.

A crise da Universidade — mais presente nesta gestão de Genivaldo Barros — tem preocupado a todos e refletido de maneira concreta na mudança de hábito de seus funcionários, ou mesmo «na barriga», como diz bem humorado o vice-Presidente da AFURN (Associação dos Funcioná-

rios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Marcos Torres. Um Agente Administrativo (nível escolar médio), por exemplo, ganha em



Funcionalismo: sem estímulo

torno de Cr\$ 120 mil mensais — pouco mais do que o salário mínimo depois de unificado, que é de cerca de Cr\$ 97 mil — e um Técnico em Comu-

nicação Social, aproximadamente Cr\$ 230 mil.

Uma saída encontrada pelos funcionários foi após a implantação do sistema de meio expediente, que permite o trabalho extra e, consequentemente, um salário extra. O funcionário da Universidade agora vive de bicos, diz Marcos Torres, e o comércio (ambulante) é o meio de sobrevivência mais utilizado. Mas ele diz, como servidor e não como representante da classe, que há expectativa por dias melhores.

Marcos Torres lamenta a falta de assistência aos funcionários, também provocada pelos negros dias que vive a Universidade. Ele afirma que a Associação tem tentado ajudar, firmando convênios com o comércio local e entidades de saúde e por último, tentado levar adiante a escolinha que funciona no Conjunto Universitário.

Apesar das grandes dificuldades de sobrevivência com o baixo salário pago pela UFRN, Marcos Torres não acredita que este seja o principal problema dos funcionários. Ele diz que a maior dificuldade diz respeito à falta das vantagens que a Instituição poderia oferecer a seu servidor, como acontecia anteriormente — “um apoio financeiro e social”.

“Intranquilidade, incerteza e um certo temor”, esse é o atual clima da Universidade, conclui Marcos Torres. □

NOVO ENDEREÇO

O Serviço de Atendimento ao Assinante de RN/ECONÔMICO existe para atendê-lo. Utilize-o para comunicar mudanças de endereço, eventuais atrasos na entrega, renovação de assinatura, etc. Entre em contato com RN/ECONÔMICO pelos telefones 222-4722 ou 222-8517. Envie correspondência para Rua São Tomé, 421,

Centro. Natal-RN. Serviço de Atendimento ao Assinante.



Endereço Anterior:

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

CEP _____

Caro assinante: Se você mudou de endereço, envie-nos este cupom, com o seu novo endereço, para RN/ECONÔMICO

Novo Endereço:

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

Os exemplares chegarão em seu endereço após o dia 30 de cada mês.



Valter: um desafio num cargo difícil

CORREIOS

Estatísticas começam a ser favoráveis: cartas chegam

Sem ênfase à mecanização, tendo no trabalho braçal a mola-mestra da sua operacionalidade, a Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Estado nem por isso está aquém das demais Diretorias do País, na prestação de serviço à coletividade. Pelo menos é o que considera o atual Diretor Regional da Empresa, o paulista Valter Luiz Dal Bello, há três meses no cargo. Os argumentos, diz ele, são as próprias estatísticas quinzenais apontando que, aqui, os prazos são cumpridos de acordo com o cronograma da EBCT.

Segundo Dal Bello, na última aferição, 97 por cento das encomendas colocadas sob a responsabilidade da Empresa foram entregues no prazo previsto, escapando somente três por cento. As atenções, continua o Diretor, se voltam para que estes três por cento desapareçam, mas ao mesmo tempo afirma: "Nós não estamos isentos de falhas". Contudo, Dal Bello considera que o norte-riograndense é bem servido na área de correios e telégrafos.

Assumindo um cargo por dez anos ocupado por João Gualberto (hoje numa Diretoria Regional no norte de Minas Gerais), Valter Dal Bello diz

que a mudança de chefia não altera a filosofia de trabalho da Empresa que é a única no País: prestar bom serviço à população. Para ele a substituição de Gualberto foi apenas uma rotina administrativa e seus objetivos são de continuar o trabalho iniciado por seu antecessor, "cumprindo o plano estratégico da Empresa. E sintetiza seu pensamento e postura à frente da DR do Estado: "Seria a manutenção daquilo que a Empresa já conquistou, procurando, é claro, sempre caminhos para evoluir e melhorar mais".



Movimento regular

BARREIRAS TRANSPONÍVEIS —

As dificuldades enfrentadas no RN recaem nos meios de transportes. O fato, explica Dal Bello, é que o volume de encomendas do interior do Estado não comporta a alocação de uma frota própria da Empresa para a distribuição e recolhimento destas encomendas. Daí utilizarem a malha viária das empresas de ônibus interestaduais, o que deixa localidades mais afastadas, às vezes, na condição de sofrer atrasos nas entregas.

Esta mesma malha viária pode, "em casos de exceção", possibilitar que uma correspondência para o interior de outro Estado chegue mais rápido ao seu destino que uma expedida para outra localidade do próprio RN. Isso se explica porque a primeira fase do transporte de correspondências para outro Estado — capital/capital — ocorre por via aérea. E mais: a incompatibilidade dos horários dos ônibus e do recolhimento de correspondência para as centralizadoras regionais (cidades-sede nas regiões do Estado) colabora com a «exceção».

Para Natal convergem todas as encomendas que sairão do Estado. Aqui, dependendo do seu caráter, estas utilizam dois meios de transportes: a via de superfície, chamada de Linha Tronco Nacional (LTN), feita por um caminhão da EBCT que cobre Fortaleza, Natal e Recife; e a via aérea (Rede Postal Noturna — RPN), feita por um avião Bandeirante, que leva até Recife as correspondências urgentes — cartas, malotes e encomendas Serca —, onde em outro avião atingirão todas as capitais do País em 12 horas.

Apesar de, no Estado, a malha viária "nem sempre corresponder aos padrões", argumenta Dal Bello, mesmo assim as correspondências são tratadas, no RN, dentro dos prazos da EBCT. Encomendas de capital para capital podem ser entregues até em 24 horas, devido à RPN, e de interiores do RN a interiores de outros Estados, não ultrapassam os quatro dias. Se isso não ocorrer, está fora do padrão.

REEMBOLSO DEMORADO —

Não são raras as críticas à EBCT pelo atraso nas entregas de correspondências. E estas críticas, na maior parte, dizem respeito ao setor de reembolso postal. Valter Dal Bello, entretanto, descarta a existência destes atrasos, afirmando que neste campo, também, a DR cumpre os prazos da Empresa para entrega. O fato, diz ele, é

que o reembolso, por não se enquadrar nas correspondências urgentes — como a carta —, utiliza a LTN, sendo transportada via superfície.

“O reembolso sofre um tratamento especial. É um objeto que segue sob registro e é um objeto bastante volumoso que dificilmente tem oportunidade de entrar na RPN, que dá prioridade a objetos de urgências, no caso, cartas, malotes e encomendas Serca”, assinala o Diretor. O prazo de um reembolso enviado de São Paulo chegar ao seu destinatário em Natal, afirma, oscila entre sete e 14 dias, precisando de menor tempo os enviados de cidades mais próximas.

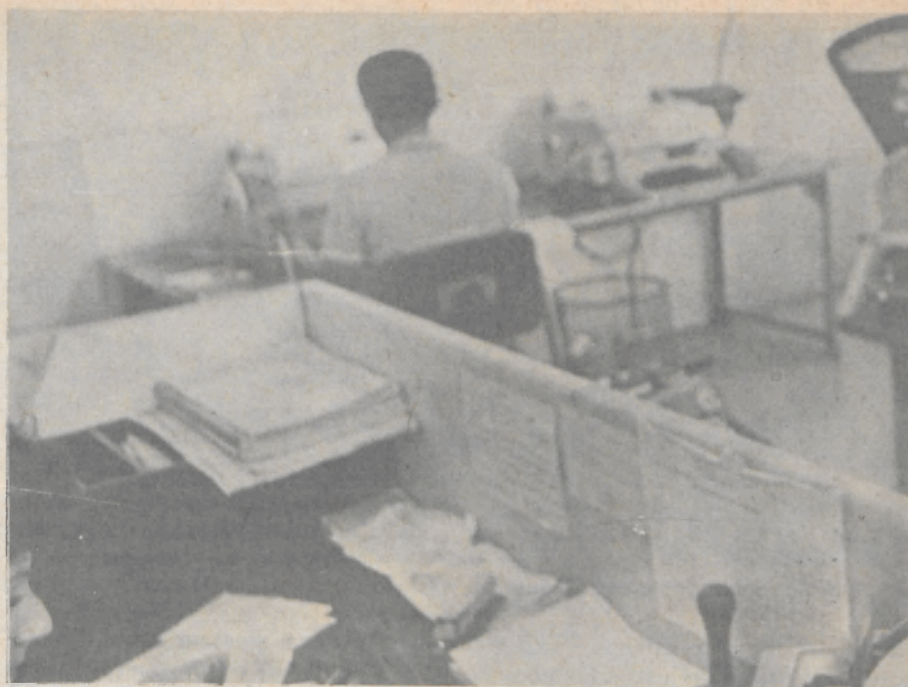
Entretanto, o objeto a ser reembolsado pode ter o prazo de entrega encurtado, mas o serviço será mais caro. Basta ser enviado pelo sistema Serca, que utiliza a via aérea da RPN, cumprindo os mesmos prazos de entregas das cartas simples. O fato do reembolso utilizar o sistema rodoviário, argumenta Valter Dal Bello, recai nas prioridades das correspondências, que têm no ápice os malotes, as cartas simples e as encomendas Serca, todos transportados em avião. Estes volumes, diz ele, mesmo que o avião da RPN não disponha de espaço, são enviados por empresas comerciais, sem ônus complementar para os usuários.

MECANIZAÇÃO INDEVIDA —

Para o Diretor Regional da EBCT, os 97 por cento de encomendas entregues no prazo previsto provam que tudo caminha bem na sua Empresa: “Não avocamos perfeição”, diz ele, colocando-se à disposição para as reclamações por possíveis atrasos nas entregas das encomendas postais. As reclamações existem. E há quem aponte mecanização insuficiente e a falta de gente treinada para um eficaz desempenho dos serviços. Todavia, de tudo isso Dal Bello discorda:

“A mecanização e aparelhamento no RN não é problema”. Segundo ele, o mesmo serviço que o Rio de Janeiro e São Paulo oferecem com o incremento tecnológico, o potiguar recebe da EBCT, só que para este serviço existe a alocação de um maior número de mão-de-obra. Equipar exige investimento, frisa Dal Bello, que tem que seguir a própria política de mecanização da EBCT como um todo, priorizando as localidades com grande fluxo de correspondência.

Contudo, considerou a mecanização como forma de agilizar os serviços, mas no caso específico do RN foi



Mais confiança no serviço dos Correios

taxativo: “Acredito que nem seja o momento de pensar em alguma coisa de mecanização do serviço postal, aqui. Acho que temos outros problemas prioritários”. E citou como preocupação precípua a estrutura viária do Estado.

As intempéries também estão no caminho da EBCT. As chuvas, segundo Dal Bello, podem atrapalhar um pouco no interior, interferindo no

sistema viário; a seca, reduz os volumes de encomendas: se em 81, 16,1 milhões de correspondências foram postadas no Estado, este número caiu 11,7 em 82 e, no ano passado, a 10,7 milhões. Em contrapartida, o gráfico de encomendas entregues mostrou-se ascendente: 23,7 milhões em 81; 24,9 milhões em 82; fechando 83 com 26,2 milhões de objetos entregues a destinatários potiguares. □

CONSUMO

Sunab: uma sigla ou apenas um mero cabide de emprego?

Alvo preferido dos consumidores para seus reclamos contra a escalada crescente dos preços, a Delegacia Regional da Sunab no Rio Grande do Norte, a exemplo de suas similares nacionais é, para muitos, apenas um «cabide de empregos». Para outros, não passa de uma instituição meramente decorativa, incapaz de controlar os preços dos gêneros essenciais e de outros produtos de consumo no dia-a-dia. Mas para o atual delegado regional da Sunab, Espiridião de Medeiros Neto, essas impressões negativas da opinião pública sobre o órgão são fruto do desconhecimento das verdadeiras finalidades da Sunab. Observa Espiridião que não é da competência da Sunab tabelar preços, embora o órgão já tenha tido, anos atrás, essa função, em decorrên-

cia de uma política desenvolvida pelo CIP — Conselho Interministerial de Preços, com sede em Brasília. “Daí o equívoco do público”, explica Espiridião. A verdadeira atividade-fim da Sunab, diz, é o de vigilância dos preços que são acordados entre o CIP e os produtores.

Essa atividade de vigilância de preços desdobra-se em diversos segmentos, que incluem a fiscalização e validade dos produtos farmacêuticos, das panificadoras, supermercados, açougues, restaurantes, lanchonetes, tinturarias e lavanderias, cabeleireiros e barbearias. A par disso, desenvolve fiscalizações eventuais, como durante a Semana Santa, quando averigua os preços e qualidade dos pescados.

Para realizar todas essas tarefas a



Espiridião: com poucas condições

Sunab conta com apenas cinco fiscais, um dos quais está afastado, no momento, por motivos de saúde. Restam portanto quatro fiscais em atividade. Espiridião Neto reconhece que esse número é insuficiente para o volume de trabalho do órgão. Confia, porém, que breve sejam contratados alguns concursados. O número ideal, confessa, seria o de pelo menos oito fiscais para cobrir o Estado.

INFRAÇÕES — Como reage a Sunab quando um supermercado ou uma padaria burla as determinações do CIP? O delegado regional do órgão no Estado explica que seus fiscais são acionados mediante comunicação do consumidor que se sinta prejudicado. Mas lembra que é necessário que o reclamante, após ligar o número 198 — número destinado ao público — se identifique, “a fim de evitar os chamados trotes, aliás muito frequentes”, adverte. Constatada a veracidade da queixa, a Sunab desloca um fiscal ao local e ali constata a procedência da denúncia. Se confirmada, o infrator, dependendo da gravidade da infração, será punido com uma multa que varia de 1/3 a 100 vezes o salário de referência do País: Cr\$ 28.294,80.

Uma infração grave seria aquela em que determinado produto é vendido acima do preço da tabela. Infração média ocorre quando uma padaria cobra o preço do pão francês (o único sob controle do CIP) mais caro que o indicado na tabela. A falta de tabela de preços numa farmácia caracterizaria uma pena leve. As infrações também variam de acordo com o capital registrado e de giro da firma; grau de instrução do infrator

e experiência mercantil do mesmo. E ainda mais: se o infrator é primário ou reincidente, pois a multa é cumulativa. Espiridião Neto lembra que já houve caso de um inspetor do órgão encontrar até 300 infrações num mesmo ato, ao fiscalizar as notas fiscais (também sujeitas à vigilância da Sunab) dos atacadistas.

De acordo com Espiridião, a Sunab vem realizando uma média de 100 autos de infração por mês. Este número, diz, indica que a Sunab está efetivamente trabalhando, ao contrário que muitos pensam. Reconhece que o fone 198 vem sendo muito solicitado, mas poucas chamadas são procedentes. “Há relutância do reclamante em se identificar, mas quando a denúncia está dentro de nossas atribuições, sempre vamos lá verificar”

INFLAÇÃO — Questionado sobre a pouca credibilidade que a Sunab goza quanto à opinião pública, Espiridião Neto lembra que a atividade-fim do órgão é o de vigiar os preços dos produtos. Tabela-los, diz, é com o Conselho Interministerial de Preços. Admite, porém, que em vista da sede do CIP localizar-se em Brasília, isto já torna difícil a realização de um tabelamento realista, haja vista que o RN é um Estado eminentemente importador de produtos.

Mas o maior obstáculo ao trabalho desenvolvido pela Sunab localiza-se na espiral inflacionária, vez que a escalada de preços torna impossível seu controle. Como consolo, Espiridião Neto confia que ocorra este ano uma boa safra que possa estabilizar os preços dos gêneros essenciais. Com isto, observa, as atividades da Sunab seriam amplamente facilitadas. □

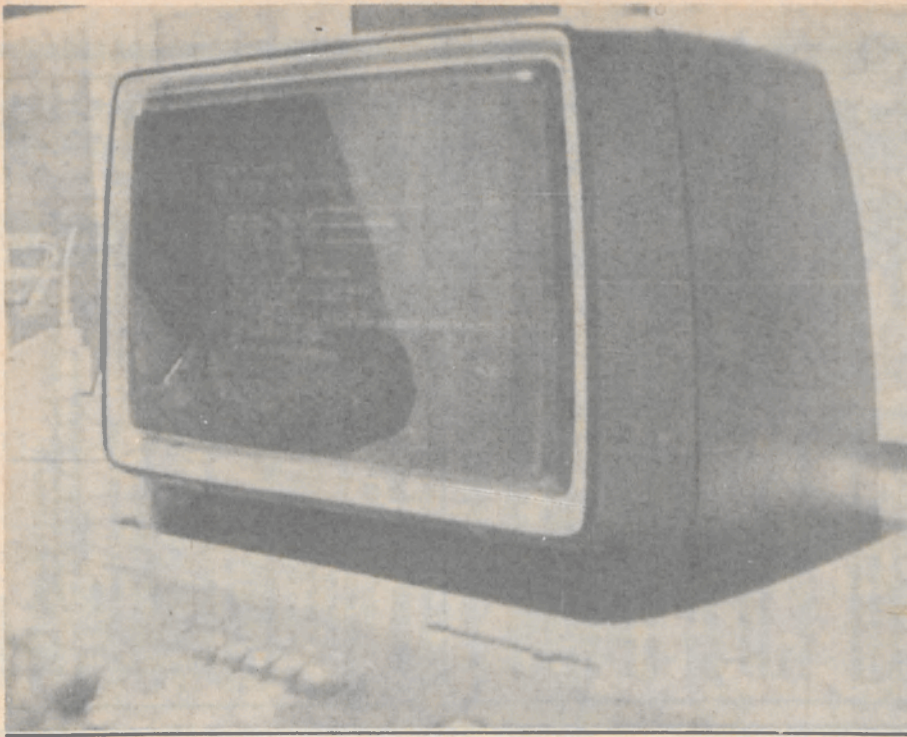
UMA QUESTÃO DE BOM SENSO



O slogan “pensou em construir, pensou na Saci”, já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa “na hora de construir, pensam na Saci”. E, se você vai construir, pense também na Saci.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626/ 3627/3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN



INFORMÁTICA

O computador pessoal já entra na vida do natalense

A Informática já entrou na vida do natalense, de maneira a se constituir num acontecimento que não causa mais surpresa. O computador pessoal já está prestando serviços em setores tão diversos, como num escritório de advocacia e num motel. Sinal de que, no Rio Grande do Norte, a eletrônica está sendo absorvida com desenvoltura, encontrando um mercado razoavelmente seguro para sua expansão. O advogado Herbart Spencer, por exemplo, dispõe de um sistema quase completo para auxiliá-lo no seu escritório de advocacia, inclusive com uma impressora. Ele se orgulha de ter encomendado um programa em São Paulo especialmente para seu computador Prológica, de modo a poder ter em arquivo eletrônico todos os processos em que atuou. É um recurso muito cômodo e prático: se Herbart fosse recorrer ao processo tradicional para arquivar todos os processos certamente iria ter grandes dificuldades de espaço além dos problemas de consultas que um arquivo dessa natureza provoca. Mas o computador torna as coisas bem fáceis. Fáceis, entenda-se, depois que o sistema foi implantado e corrigidos todos os problemas.

OS PROBLEMAS DO COMPUTADOR — Para quem quer se iniciar com um computador pessoal deve ter cautelas e não levar muito ao pé da letra os anúncios das revistas especializadas que dizem ser esse tipo de máquinas capaz de solucionar todos os problemas. Para começar, no início, ela cria mais problemas do que



resolve. Segundo — como foi o caso de Herbart — é preciso encontrar o programa adequado para a necessidade. Isso nem sempre é possível em Natal, tornando-se necessário uma encomenda especial em São Paulo, o que não sai muito barato. E, além do mais, um sistema de computador — que compreende o computador e seus periféricos — não é instalado de um momento para o outro. Alcyone Dowsley, do Motel Tahiti, levou meses para implantar o seu CP-500, da Prológica. E o problema do programa para a especificidade do seu serviço não foi maior porque ele encontrou um técnico em «software» aqui mesmo do Rio Grande do Norte que o preparou. A implantação de um sistema completo de computador pessoal para necessidades médias quase torna necessária a avaliação de um engenheiro de sistema para avaliar corretamente tudo o que vai ser necessário.

PROBLEMAS TÉCNICOS — Para quem quer se iniciar em Informática numa cidade como Natal deve ter em mente também a possibilidade de problemas técnicos. Os pequenos computadores da Microdigital, da série TK, um verdadeiro fascínio para o iniciante, pôr causa da sua simplicidade, provocaram muitas decepções. Como são máquinas frágeis, pequenas, com teclado não profissional, apresentam defeitos com facilidade. E a única solução era encaixotar e mandar para São Paulo. Questão de energia é também muito esquecida pelo neófito entusiasmado. Os CP-200 e 300, da primeira fase, só funcionavam com corrente de 110, com baixíssima resolução no vídeo. Como a propaganda nunca acentuava esses detalhes, os problemas também causavam profundos desgostos.

Porém a criatividade do brasileiro é muito grande. Logo, aqui mesmo em Natal, surgiram técnicos capazes de proceder modificações nos CPs, fazendo a conversão para 220 e melhorando substancialmente a imagem do monitor, com vantagem para quem pretendia usar o pequeno micro para os videogames. Os aparelhos da Microdigital têm dominado parte do mercado de Natal. Mas a Apple entrou com suas cópias nacionais com as máquinas adquiridas pela APEC, a empresa que, individualmente, mais adquiriu computadores pessoais em Natal, dentro da sua programação de proporcionar ensino básico de computador em cursos diversos. □



guararapes

CONFEÇÕES GUARARAPES S.A.
COMPANHIA ABERTA CGC 08.402.943/0001-52



NOSSAS AÇÕES
SÃO NEGOCIADAS
NAS BOLSAS DE VALORES

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Diretoria submete ao exame e deliberação de V.Sas., o relatório das atividades sociais da Companhia, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1983, acompanhado do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e demais demonstrativos financeiros com os pareceres favoráveis do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes.

O comportamento recessivo da economia brasileira atingiu a quase totalidade dos setores industriais. A Guararapes passou a sentir os reflexos dessa crise, a partir do mês de abril/83, quando teve início a queda real do seu faturamento. Acreditando tratar-se de uma situação passageira e que as soluções deverão ser encontradas pelas autoridades competentes, a Empresa optou pelo ajustamento de sua produção ao nível da demanda de seus produtos, mantendo assim a sua solidez e pronta para ativar as suas máquinas tão logo o mercado se recupere. Dentro dessa política é que, em agosto/83, desativou a unidade de Mossoró/RN, reduzindo, com isto, a capacidade ociosa das demais fábricas.

A receita líquida de Cr\$ 42.379,9 milhões, cresceu 77% comparada com o ano anterior (Cr\$ 23.952,0 milhões).

O lucro líquido de Cr\$ 4.959,0 milhões (Cr\$ 7,94 por ação, calculado sobre as ações em circulação), representa um decréscimo de 43,2% sobre o resultado alcançado no exercício anterior (Cr\$ 8.720,9).

A evolução do patrimônio líquido foi de 169%, elevando o valor patrimonial da ação para Cr\$ 125,93, contra Cr\$ 46,79 em 1982.

O imobilizado representa 76% do patrimônio líquido (68,5% no ano anterior).

A produção física decresceu 13% em comparação com o exercício anterior. Para o ano de 1984, a Companhia pretende manter o mesmo ritmo de produção alcançado em 1983.

O capital social sofreu duas alterações no decorrer do exercício. Em AGE de 27/04/83 o capital foi elevado de Cr\$ 10.100,0 milhões para Cr\$ 28.000,0 milhões, com os efeitos da correção monetária e reservas de lucros não havendo na ocasião, a emissão de novas ações. Na AGE de 03/11/83, o capital foi novamente elevado de Cr\$ 28.000,0 milhões para Cr\$ 28.600,0 milhões, sendo parte com o aproveitamento de incentivos fiscais de Cr\$ 545,9 milhões e o complemento de Cr\$ 57,1 milhões retirado da conta Reserva Legal, não havendo, também, na ocasião, emissão de novas ações.

O projeto da GUARARAPES TEXTIL S.A., já aprovado pela SUDENE, prossegue em fase de implantação, já tendo sido concluídas as obras de construção civil.

Em prosseguimento ao plano de expansão, o Grupo adquiriu, em 1983, imóveis comerciais no valor de Cr\$ 7.322,4 milhões, para instalação de suas lojas de varejo.

Ao final do ano, o número de lojas operadas pelas Controladas atingiu o total de 140 unidades.

No exercício de análise, as controladas representaram 18% do faturamento da GUARARAPES.

As receitas das empresas controladas totalizaram Cr\$ 41.254,7 milhões (Cr\$ 22.169,0 milhões em 1982) apresentando um prejuízo de Cr\$ 2.961,2 (lucro de Cr\$ 895 milhões em 1982). Apesar deste resultado adverso, a Companhia acredita firmemente na recuperação desta atividade econômica, e prossegue a sua política de inversões no setor.

A distribuição do lucro líquido, apresentada no quadro de demonstração das mutações do patrimônio líquido é o objeto da proposta da Diretoria a ser submetida aos Senhores Acionistas, com a discriminação abaixo:

- Reservas compulsórias p/ reinvestimentos de reduções e isenções do IR	3.398.431
- Reserva Legal	78.031
- Dividendos (pagos antecipadamente)	1.248.704
- Reserva de lucro para aumento de capital social	233.892
	<u>4.959.058</u>

O dividendo do exercício, é de Cr\$ 2,00 por ação, já foi pago, antecipadamente, a partir de 30/11/83.

Encerrando, propõe o aumento do Capital Social para 76 bilhões com o aproveitamento da correção monetária do balanço e demais reservas capitalizáveis.

A Diretoria agradece, sobremaneira, a valiosa colaboração de seus 12.000 funcionários (sendo 6.800 na atividade industrial e 5.200 nas empresas comerciais).

Deseja agradecer, ainda, a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, a preferência de seus clientes, a cooperação dos seus fornecedores e entidades financeiras, e as atenções recebidas das autoridades.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de cruzeiros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1983	1982
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	48.796.125	27.478.498
Deduções		
• ICM, PIS e FINSOCIAL	(5.946.346)	(3.320.167)
• Devoluções	(469.856)	(206.283)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	42.379.923	23.952.048
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	16.579.864	9.048.670
Lucro Bruto	25.800.059	14.903.378
DESPESAS E (RECEITAS) OPERACIONAIS		
Financeiras		
• Descontos concedidos	879.572	489.854
• Juros e outros encargos	4.532.061	1.301.830
• Receitas financeiras	(5.761.123)	(1.628.030)
	(349.490)	163.654
Com vendas	3.097.248	1.666.131
Gerais e administrativas	3.434.702	1.465.605
Honorários dos administradores	333.400	120.500
	6.515.860	3.415.890
PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS		
Equivalência patrimonial	2.961.100	(1.010.341)
Lucro operacional	16.323.099	12.497.829
(DESPESAS) E RECEITAS NÃO OPERACIONAIS, VALOR LÍQUIDO	(93.370)	28.179
CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO	(10.108.263)	(3.137.032)
Lucro antes do imposto de renda	6.121.466	9.388.976
IMPOSTO DE RENDA	1.162.408	668.038
Lucro líquido do exercício	4.959.058	8.720.938
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - Cr\$	7,94	13,97
Valor patrimonial da ação no fim do exercício	125,93	46,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Em milhares de cruzeiros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	1983	1982
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações sociais		
Lucro líquido do exercício	4.959.058	8.720.938
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Variações monetárias do realizável a longo prazo	(771.645)	(44.697)
Participações em empresas controladas		
• Equivalência patrimonial	2.961.100	(1.010.341)
• Perda de capital, não operacional	106.356	
Depreciações	1.022.041	403.372
Valor residual de ativo permanente baixado	11.821	3.054
Variações monetárias do exigível a longo prazo	1.963.946	410.258
Correção monetária do balanço	10.108.263	3.137.032
	20.360.940	11.619.616
De terceiros		
Redução de contas a receber de empresas controladas	67.586	
Ingressos de recursos no exigível a longo prazo	343.365	249.582
Incentivos fiscais do imposto de renda e do ICM	60.558	51.900
Aumento de capital		

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de cruzeiros

ATIVO	1983		1982		PASSIVO	1983		1982	
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e Bancos	441.431	507.058			Fornecedores	5.979.660	2.970.142		
Aplicações financeiras no mercado aberto	3.959.195	3.373.900			Salários e contribuições sociais	935.763	364.495		
Contas a receber de clientes	19.004.806	9.003.669			Imposto de renda	1.168.784	693.662		
Titulos descontados	(1.965.307)	(1.082.682)			Imposto sobre circulação de mercadorias	732.426	383.756		
Provisão para contas de cobrança duvidosa	(201.013)	(200.163)			Financiamentos	828.640	181.650		
Demais contas a receber	747.964	319.503			Imposto sobre operações de câmbio	119.298	30.037		
Estoques	8.955.585	4.996.431			Promissórias a pagar	26.000	799.120		
Despesas do exercício seguinte	231.545	96.331			Dividendos	86.757	1.386.061		
	31.174.206	17.014.047			Demais contas e despesas a pagar	377.752	215.596		
						10.255.080	7.024.519		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empresas controladas	702.536	128.768			Financiamentos	2.459.451	846.155		
Empréstimos compulsórios e depósitos vinculados	257.716	87.560			Imposto sobre operações de câmbio	526.390	165.202		
	960.252	216.328				2.985.841	1.011.357		
PERMANENTE					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Investimentos					Capital social	28.600.000	10.100.000		
• Empresas controladas	9.743.217	4.811.964			Reservas de capital	48.042.396	13.084.136		
• Imóveis comerciais	37.060.758	10.043.116			Reservas de lucros	1.672.036	5.941.699		
• Outros	42.236	10.891			Lucros acumulados	307.596	85.104		
	46.846.211	14.865.971				78.622.028	29.210.939		
Imobilizado	12.882.280	5.150.469				31.862.949	37.246.815		
	59.728.491	20.016.440							
	91.862.949	37.246.815							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

APLICAÇÕES DOS RECURSOS
No realizável a longo prazo

• Empresas controladas	101.621	
• Empréstimos compulsórios e depósitos vinculados	39.865	20.213
	39.865	121.834
No ativo permanente		
• Investimentos		
• Empresas controladas e outros	326.962	81.515
• Imóveis comerciais	7.322.400	4.506.692
• Imobilizado	632.093	230.967
	8.281.455	4.819.174
Por transferência para o passivo circulante		
• Financiamentos	302.791	121.420
• Imposto sobre operações de câmbio	30.036	24.308
• Empresa controlada		3.000
	332.827	148.728
	1.248.704	1.386.061
Em dividendos		
Em ajustes de exercícios anteriores		20.392
Em aumento no capital circulante	10.929.598	5.457.657
TOTAL DAS APLICAÇÕES	20.832.449	11.953.846
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE		
ATIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	31.174.206	17.014.047
No início do exercício	17.014.047	6.676.471
	14.160.159	10.337.576
PASSIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	10.255.080	7.024.519
No início do exercício	7.024.519	2.144.600
	3.230.561	4.879.919
AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE	10.929.598	5.457.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de cruzeiros

	Capital social	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Correção monetária do capital	Redução, insenção e reinvestimento do imposto de renda	Redução do ICM	Total	Legal	Para aumento de capital	Total		
Em 31 de dezembro de 1981	4.016.107	3.823.491	883.248	19.217	4.725.956	495.322		495.322	1.786.410	11.023.795
Ajustes de exercícios anteriores									(20.392)	(20.392)
Incentivos fiscais			1.625	50.275	51.900					51.900
Aumento de capital com recursos do FINOR	32.748									32.748
Capitalização de reservas e de lucros acumulados	6.051.145	(3.823.491)	(742.186)	(19.217)	(4.584.894)				(1.466.251)	
Correção monetária		9.854.642	139.184	16.879	10.010.705	484.244		484.244	293.062	10.788.011
Lucro líquido do exercício									8.720.938	8.720.938
Apropriação e distribuição proposta:										
• Reservas			2.880.469		2.880.469	298.757	4.663.376	4.962.133	(7.842.602)	(1.386.061)
• 17.º dividendo (Cr\$ 2,22 por ação)									(1.386.061)	(1.386.061)
Em 31 de dezembro de 1982	10.100.000	9.854.642	3.162.340	67.154	13.084.136	1.278.323	4.663.376	5.941.699	85.104	29.210.939
Ajustes de exercícios anteriores									(56.378)	(56.378)
Capitalização de reservas	18.500.000	(9.854.642)	(3.257.758)	(67.154)	(13.179.554)	(657.070)	(4.663.376)	(5.320.446)		
Incentivos fiscais			1.291	59.267	60.558					60.558
Correção monetária		44.564.031	68.088	46.706	44.678.825	972.752		972.752	44.978	45.696.555
Lucro líquido do exercício									4.959.058	4.959.058
Apropriação e distribuição proposta:										
• Reservas			3.398.431		3.398.431	78.031		78.031	(3.476.462)	(1.248.704)
• 18.º dividendo (Cr\$ 2,00 por ação)									(1.248.704)	(1.248.704)
Em 31 de dezembro de 1983	28.600.000	44.564.031	3.372.392	105.973	48.042.396	1.672.036		1.672.036	307.596	78.622.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983 E DE 1982

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa é uma sociedade aberta e tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de calças e camisas. As unidades fabris estão localizadas: duas em Natal (RN), duas em Fortaleza (CE) e uma em São Paulo (SP), sendo esta última apenas beneficiadora de matéria-prima a ser utilizada na produção das demais unidades fabris. A comercialização é efetuada através de representantes autônomos e de empresas controladas.

Em maio de 1980 e em janeiro de 1981, respectivamente, entraram em operação a segunda unidade fabril de Natal e a segunda de Fortaleza, que atingiram em 1983 a plena capacidade de produção. A produção da unidade

de fabril localizada em Mossoró (RN), que respondia por cerca de quinze por cento das vendas da empresa, foi descontinuada em 1983. Seus equipamentos foram redistribuídos pelas demais unidades fabris, não tendo a companhia incorrido em prejuízos em decorrência desse fato.

A sociedade tem direito, até o ano-base de 1984, de redução de 50% do imposto de renda devido sobre o resultado operacional das atividades das primeiras unidades fabris instaladas em Natal e Fortaleza e de isenção do imposto, até o ano-base de 1986, relativamente à ampliação da primeira unidade de Fortaleza. As novas unidades fabris, localizadas em Natal e Fortaleza, gozam até o ano-base 1988 e de 1989, respectivamente, de isenção desse tributo. A empresa optou, ainda, por aplicar parte do imposto devido como reinvestimento. Montante equivalente a esses incentivos é apropriado de lucros acumulados para uma reserva de capital.

(continua na pág. seguinte)



2- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado e ativos e passivos circulantes e a longo prazo

O resultado, apurado pelo regime de competência, reflete: o efeito líquido da correção monetária sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido, a índices oficiais; os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. Do resultado é excluída a parcela atribuível de imposto de renda, líquida dos incentivos fiscais de redução e isenção do referido imposto.

(b) Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

(c) Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, combinado com os aspectos a seguir:

- ajuste dos investimentos em empresas controladas, com base na avaliação pelo método da equivalência patrimonial.
- depreciações de imóveis comerciais e do imobilizado, pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

3- ESTOQUES

	Milhares de cruzeiros	
	1983	1982
Produtos acabados	1.310.185	432.053
Produtos em elaboração	1.950.656	1.124.859
Matérias-primas	3.893.407	2.337.967
Materiais diversos	1.002.753	582.844
Estoques em poder de terceiros	418.584	203.044
Materiais em trânsito e outros	380.000	315.664
	8.955.585	4.996.431

4- EMPRESAS CONTROLADAS Em milhares de cruzeiros ou de outra forma indicada	Lojas Riachuelo S.A.	Lojas Seta S.A.	CIC - Centro Industrial de Confecções Ltda.	Guararapes Têxtil S.A.	Pool S.A. Promotora de Vendas	Transportadora Casa Verde Ltda.	Promalha Tinturaria Têxtil Ltda.	1983	1982
								Total	Total
INVESTIMENTOS PERMANENTES:									
Informações sobre as investidas:									
Número de ações ou cotas possuídas:									
• Ações ordinárias	242.187.678			402.625.274	3.000.000				
• Ações preferenciais				3.800.000					
• Cotas			147.000.000				4.999.000		
Valor nominal das ações ou cotas - Cr\$	Não tem		1.00	1.00	Não tem	17.000	1.000.00		
Participação no capital - %	1,70		98	42	100	85	99		
Patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro:									
Capital social	4.380.050		150.000	960.850	140.000	20.000	5.000	5.655.900	1.945.000
Reservas de capital	7.096.751		237.988	764.027	221.931	131.340	13.718	8.465.755	1.914.545
Reservas de lucros				15.657				15.657	85.765
Lucros (prejuízos) acumulados	(2.932.059)		(44.872)		(405.579)	(4.482)	(68.064)	(3.455.056)	869.832
	8.544.742		343.116	1.740.534	(43.648)	146.858	(49.346)	10.682.256	4.815.142
	(3.042.318)		(58.748)	11.411	(114.406)	(43.466)	55.705	(3.191.822)	894.899
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.699.350	780.050	152.300	89.669	27.578	63.017		4.811.964	1.875.055
Movimentação dos investimentos:									
No início do exercício									
Efeito de ajuste de exercício anterior	(56.378)							(56.378)	
Adições				318.791				318.791	79.246
Incorporação	780.050	(780.050)							
Correção monetária	6.925.514		238.469	430.462	43.180	98.671		7.736.296	1.847.322
Avaliação das participações									
• Equivalência patrimonial	(2.803.794)		(54.515)	4.826	(70.758)	(36.859)		(2.961.100)	1.010.341
• Perda de capital, não operacional				(106.356)				(106.356)	
No fim do exercício	8.544.742		336.254	737.392		124.829		9.743.217	4.811.964
SALDOS E TRANSAÇÕES COM AS INVESTIDAS									
Contas a receber de clientes	5.918.981		200.394					6.119.375	2.331.559
Contas correntes	453.236		1.659	107.976	87	142	139.436	702.536	178.768
Vendas de produtos	8.889.964		728.535					9.618.499	7.682.757
Receitas financeiras auferidas	2.512.895		39.525	41.550	339		93.032	2.687.341	
Rendas auferidas na locação de imóveis (não operacionais)	196.720		11.826		120		188	208.854	66.419
Serviços pagos						98.253	470.713	568.966	

Com o objetivo principal de reduzir os custos administrativos e dinamizar as operações, a Lojas Seta S.A. foi incorporada pela Lojas Riachuelo S.A. em julho de 1983, pelo valor do patrimônio líquido contábil. Guararapes Têxtil S.A. encontra-se em fase de implantação e a conclusão do projeto é prevista para 1987, com aporte total de recursos da Confecções Guararapes S.A. estimados em cerca de Cr\$ 12.000 milhões.

5- INVESTIMENTOS - IMÓVEIS COMERCIAIS

	Milhares de cruzeiros				Moeda nacional	Milhares de cruzeiros	
	Custo corrigido	Depreciações acumuladas corrigidas	Líquido	Líquido		1983	1982
Terenos	13.321.957		13.321.957	3.519.031		524.580	240.992
Edifícios	20.316.920	521.787	19.795.133	5.582.449		173.967	
						3.288.091	1.027.805

Moeda nacional

- Banco de Desenvolvimento do Ceará S.A. - BANDECE - recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI - juros de 6% ao ano; amortizações até 1985
- Outros

Os investimentos em imóveis têm por objetivo principal a instalação de lojas para serem locadas às empresas controladas, assegurando, assim, o sistema de comercialização dos produtos da companhia.

As depreciações no exercício totalizaram Cr\$ 204.446 mil (1982 - Cr\$ 48.870 mil) e foram apropriadas a despesas não operacionais.

6 - IMOBILIZADO

	Milhares de cruzeiros			
	1983		1982	
	Custo corrigido	Depreciações acumuladas corrigidas	Líquido	Líquido
Maquinismos e instalações	7.223.547	4.332.815	2.890.732	1.313.713
Imóveis	7.522.253	652.028	6.870.225	2.549.063
Aeronave	3.275.216	793.630	2.481.586	1.094.832
Móveis e utensílios	921.862	575.620	346.242	137.134
Veículos	145.969	41.068	104.901	38.477
Marcas e patentes	5.596		5.596	2.003
Obras em andamento	182.998		182.998	15.247
	19.277.441	6.395.161	12.882.280	5.150.469

As depreciações no exercício totalizaram Cr\$ 817.595 mil (1982 - Cr\$ 354.502 mil) e foram apropriadas ao resultado - Cr\$ 420.468 mil (1982 - Cr\$ 178.414 mil) e ao custeio da produção - Cr\$ 397.127 mil (1982 - Cr\$ 176.088 mil).

7 - FINANCIAMENTOS

	Milhares de cruzeiros	
	1983	1982
Moeda estrangeira		
• Bank of America NT & SA - US\$ 2,615 mil (1982 - US\$ 3,091 mil) - juros de 2% ao ano acima da LIBOR; amortizações semestrais entre junho de 1984 a junho de 1989	2.573.460	780.956
• Outros	16.084	5.857
	2.589.544	786.813

8 - CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

O capital social, em 1983 e em 1982, é composto de 624.351.921 ações ordinárias nominativas e/ou ao portador, sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das sociedades por ações. Os dividendos propostos pela administração para aprovação pela assembléia geral dos acionistas são superiores ao mínimo assegurado pelo estatuto social, como demonstrado a seguir:

	Milhares de cruzeiros	
	1983	1982
Lucro líquido do exercício	4.959.058	8.720.938
Reserva de redução, isenção e reinvestimento do imposto de renda	(3.398.429)	(2.890.469)
Reserva legal	(78.031)	(298.757)
Lucro-base para cálculo do dividendo	1.482.598	5.541.712
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	370.650	1.385.428
Dividendos propostos (1983 - Cr\$ 1.185.000 mil pagos antecipadamente)	1.248.704	1.385.051

9 - CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO

	Milhares de cruzeiros	
	1983	1982
Do ativo permanente		
Investimentos		
• Empresas controladas	7.736.296	1.847.322
• Imóveis comerciais	19.899.688	3.188.561
• Outros	23.173	5.340
Imobilizado	7.929.135	2.609.756
Do patrimônio líquido	35.588.292	7.650.979
Redução do resultado do exercício	(45.696.555)	(10.788.011)
	(10.108.263)	(3.137.032)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Recebemos, para exame, dentro das atribuições conferidas pelo Artigo 142 da Lei n.º 6.404/76, o Relatório Anual da Diretoria de Confecções Guararapes S.A., referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1983.

A fim de que, sobre ele, pudéssemos opinar, verificamos todas as operações da sociedade durante o exercício, constatamos a regularidade, insensurável, de suas demonstrações contábeis e não vimos a necessidade de oferecer informações suplementares a deliberação da Assembléia Geral, visto como, no documento em exame, se encontram todas as informações suficientemente esclarecedoras aos interesses dos Acionistas, no nosso entendimento.

Dai o recomendarmos à aprovação da Assembléia Geral.

Natal, 22 de março de 1984

NEVALDO ROCHA
Presidente

NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

FLÁVIO GURGEL ROCHA
Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Confecções Guararapes S.A.

16 de março de 1984

Examinamos os balanços patrimoniais de Confecções Guararapes S.A. em 31 de dezembro de 1983 e de 1982 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas. Efetuamos nossos exames consoante normas de auditoria geralmente aceitas, incluindo, por conseguinte as provas nos registros e documentos contábeis e a aplicação de outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição financeira de Confecções Guararapes S.A. em 31 de dezembro de 1983 e de 1982 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos desses exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos, aplicados de maneira uniforme.

PRICE WATERHOUSE
Auditores Independentes
CRC-SP-160"S"-RN

José Duarte Barbosa de Almeida
Contador
CRC-BA-6144"S"-RN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NEVALDO ROCHA
Presidente

NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

FLÁVIO GURGEL ROCHA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

NEVALDO ROCHA
Presidente

HÉLIO DE ALBUQUERQUE ARAGÃO
Vice-Presidente

NILSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

BENEDITO CLAYTON V. ALCANTARA
Vice-Presidente

RAIMUNDO NONATO DA COSTA
Diretor Administrativo

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro

FRANCISCO NÉLIO F. DO MONTE
Diretor Comercial

ADAIR NATAL CHIESA
Diretor Industrial

NILZA PONTES MONTENEGRO
Técnica Contabilidade - CRC-873/RN

Democracia e partidos políticos

RAIMUNDO SOARES

Ninguém ignora que os partidos são os instrumentos essenciais ao funcionamento eficiente de uma democracia bem organizada. Assim devem ser considerados quando resguardam suas características conceituais de organização das opiniões divergentes em assuntos fundamentais de política e administração.

Vivendo de antagonismos, é natural que atuem no sentido de manter ou mesmo exacerbar suas divergências. Todavia, em situações excepcionais, temos testemunhado seu esforço comum para solução de problemas maiores que afetam a nacionalidade num momento de grave crise institucional.

Neste instante, o que se espera dos partidos é sua disposição para o entendimento na base de uma negociação encaminhada ao Congresso. Não é tarefa fácil, sabido que grupos radicais enquistados em todos eles querem o impasse. Ai é que as lideranças experientes e sábias têm que impor sua clarividência e assumir a responsabilidade que lhes cabe no quadro de dificuldades que enfrentamos.

A radicalização tem feito muito mal à democracia, envenenando a atividade partidária, deformando seus objetivos e intranquillizando o País. Isto tem comprometido o prestígio do partido não só entre nós como em toda a parte, inclusive na pátria da organização partidária que são os Estados Unidos.

Quando a estrutura partidária se descaracteriza, fica abalada a representação democrática e a crise institucional se instala numa incrível virulência. Isto tem sido freqüente no Brasil, a tal ponto que o eminente Alberto Torres, um de nossos maiores jusfilósofos, dizia em seu tempo que não existiam partidos políticos entre nós, e sim grupos ou facções em permanente luta de predominio.

Num trabalho publicado em 1977, Gomes Neto cita W. F. Willoughby que "gostaria bastante de encontrar no Século XVIII pensadores políticos que opinassem elogiosamente acerca dos partidos e que não considerassem a estes meras e criticáveis facções, criadas mais para a intriga, quando não para a violência, do que para o bem comum da Nação". George Washington, lembrado pelo mesmo escritor, advertia do perigo que constitui a divisão em partidos, sobretudo se estão baseados em discriminações geográficas. E concluía enfaticamente: "Permiti-me estender-me algo mais neste sentido, para advertir-vos das desastrosas conseqüências que podem resultar do espírito partidista em geral. Desgraçadamente, este espírito parece ser-nos inato, estando arraigado nas mais fortes paixões humanas. Existe sob diferentes formas, reprimido, afogado ou controlado, porém se observa principalmente nos chamados governos populares e se converte com freqüência em seu pior inimigo". Para o fundador da pátria americana, a dominação de um

partido sobre outro, excitado pelo espírito de vingança, é em si mesma um perigoso despotismo. A conseqüência são desordens e misérias que inclinam o ânimo dos homens a buscar segurança no poder absoluto exercido por um indivíduo, sobre a ruína das liberdades públicas. John Adams escreveu que há dois tiranos na vida humana "que dominam em todas as nações, entre índios e negros, tártaros e árabes, hindus e chinos, gregos e romanos, britânicos e gauleses", que são facção e partido. Jefferson entendia que, se nos Estados Unidos estivessem os partidos divididos simplesmente por uma ambição de cargos, como na Inglaterra, participar de algum seria indigno de um homem racional e moral. Finalmente, segundo Rui Barbosa, nenhum país maneja a intimidação e a corrupção em maior escala do que a Inglaterra e depois os Estados Unidos.

Como se vê, a história tem registrado críticas contundentes aos partidos políticos e todas elas correspondem a períodos difíceis do exercício democrático. No Brasil, também não escapamos de libelos candentes. Alberto Torres completava sua assertiva, já citada, ensinando que para realidade do regime representativo, no sentido de expressão da natureza mental do povo, é necessário que se formem correntes de opinião. Para que estas se organizem, é imprescindível a existência de um centro intelectual ativo, operando com energia e com liberdade. "Os partidos e agrupamentos políticos são forças de repulsão das personalidades definidas e de esmagamento da liberdade de pensar".

Estes exemplos devem estar presentes á consciência de nossos homens públicos, nesta hora de extrema gravidade. É de se esperar que se reúnam numa mesa de negociações e encontrem os caminhos seguros para superação das dificuldades que ameaçam a vida nacional. O povo acompanha a evolução dos acontecimentos com atenção e interesse. Sabe que seu futuro está entregue ao patriotismo de nossos líderes, e mais do que isto: confia no bom senso e no civismo dos políticos.

Este sentimento de confiança felizmente continua a dominar a Nação, mesmo quando, no início da grande negociação, se perdem os homens públicos em divergência mesquinha, em face da grandeza do problema maior, como esta discussão em torno de quem vai presidir a comissão mista da emenda do Governo.

Acho que, a despeito de nossos pecados, chegaremos a um final feliz e, através do entendimento, satisfaremos à grande aspiração nacional sem traumas nem retrocesso. Se não, é o caos e a desordem, além do anátema que acompanhará, no julgamento inapelável da história, os homens públicos sem consciência e os partidos sem grandeza.



Bares como O Terraço: na moda

BARES

Um modismo em Natal com ascensão e queda rápidas

Brisa del Mare, Wonderbar, Cantão, Confeitaria Cisne, Cova da Onça, Top-Top, Olívio, Superstar... todos nomes de bares, carregados de profundo significado sentimental para as gerações dos jovens dos anos sessenta e setenta da noite natalense, mas inteiramente desprovidos de sentido para as novas gerações, pelo simples fato de que esses bares estão todos desaparecidos. A menção de nomes como o Brisa, o Cantão e tantos outros, evoca de imediato um tempo da cidade que já não existe, a não ser na lembrança de alguns ex-boêmios, hoje alçados à condição de respeitáveis pais de família, com status na vida social, intelectual ou política. Há também um ou outro **habitué** dos bares daquela época que não deixou o seu convívio porque os integrou, de alguma forma, à sua rotina de vida.

Os novos tempos deram lugar a novos bares, e aqueles mais antigos, posto que tenham sido a coqueluche de sua época, de toda uma geração, viram-se naufragos na virada de uma década, para nunca mais. "Novos tempos, novos bares". Este parece ser um refrão seguido quase religiosamente em Natal. E praticamente a cada novo mês a cidade assiste ao nascimento de um novo bar, uma nova casa noturna e ao fechamento de

outra. Por que esse fenômeno se repete com tanta frequência? Qual a razão para a incontrolável rotatividade dos bares em Natal? Por que hoje de-



Os típicos também no folclore da cidade

terminado bar está «na moda» e um, dois meses depois, está totalmente esquecido e destinado, muitas vezes, a cerrar suas portas?

FALTA DE SENSO — De acordo com o professor e poeta Franco Jasiello, 50 anos, italiano naturalizado brasileiro, e conhecedor da noite natalense há pelo menos duas décadas, a vida efêmera dos bares em Natal se explica por variadas razões. Uma delas, seria a falta de senso profissional dos seus proprietários. Outra razão seria a indefinição dos gostos dos jovens, naturalmente inconstantes, os quais elegem um certo bar para seus encontros sempre por um período curto, substituindo-o logo depois por outro, num processo que nunca parece ter fim. Daí a rotatividade.

Para Jasiello, o bar da moda é feito pelos jovens. Os **habitués**, isto é, aqueles frequentadores mais assíduos, geralmente continuam fiéis a um determinado bar. Para eles, diz, o bar é como um prolongamento de seus lares. "E ninguém anda trocando de casa à toa por aí", observa.

Segundo Franco Jasiello, o lugar predileto do fenômeno «bar da moda», em Natal, é a orla marítima. Mas pode se verificar em áreas completamente urbanizadas. No primeiro caso, o «Superstar» é um bom exemplo. Situado à beira-mar, já foi chamado «Pâmpano Clube», depois «Saravá», e hoje, finalmente, é apenas um restaurante a mais na cidade. No segundo caso, cita o desaparecido «Top-Top», na Rio Branco, em pleno Centro. Bar dos mais concorridos na década passada, hoje é uma casa de jogos eletrônicos. Em outros casos, o bar simplesmente desapareceu. É

exemplo o «Panelão», depois «Caneção», na orla marítima de Natal. O «Brisa del Mare», à margem do Rio Potengi, que sobreviveu quase uma década inteira nos anos setenta, sucumbiu também definitivamente, e dele hoje só restam ruínas.

RECORDAÇÕES — Jasiello lembra ainda o caso da Confeitaria Cisne, localizada na Avenida João Pessoa, onde hoje existe uma loja de confeitaria. Ressalta que ali, na década passada, era o local favorito dos poetas, escritores e intelectuais natalenses. E narra um episódio pitoresco acontecido com o poeta Berilo Wanderley. Certa manhã de segunda-feira, conta Jasiello, encontrei-o saindo do «Cisne» com uma taça de chopp espumando na mão. Surpreso, indaguei: “Berilo, às nove horas da manhã de uma segunda-feira, já bebendo? Berilo respondeu: é preciso desmoralizar a segunda-feira, poeta!”

De acordo com o poeta Bosco Lopes, 34 anos, boêmio dos mais fiéis à noite natalense, a rotatividade dos bares em nossa cidade é um fenômeno corriqueiro em todo o País e que encontra explicação na tendência de certos grupos — intelectuais, estudantes, funcionários públicos, senhores aposentados, etc — têm de se isolarem dos demais num determinado bar. Quando esse local começa a ser invadido por pessoas estranhas àquele grupo, este se muda para outro bar menos procurado. Exemplificando, cita o «Tirraguzo», «O Boteco» e o «Frenezi», este último com uma clientela bem diferenciada: os «gays». Segundo Bosco, estes bares-casas noturnas, tiveram seu momento de glória num certo tempo. Depois foram sendo esvaziados. O Frenezi perdeu suas características de bar gay, trocou de nome e tornou-se um bar comum, de clientela heterogênea. Os demais, não escaparam às mudanças dos gostos dos jovens, e cederam a hegemonia para os novos concorrentes.

Na opinião de Bosco Lopes, o bar que detém as atenções do momento é o «Terraço», localizado em pleno Centro. Fato incomum este, segundo diz, porque a construção civil está afastando os bares do Centro de Natal. O Terraço foi transformado em bar da moda graças a um grupo relativamente numeroso de intelectuais, poetas, artistas plásticos, muito ainda jovens, que fizeram dali o seu local de encontro de fins-de-tarde, onde ficam muitas vezes até a madrugada.



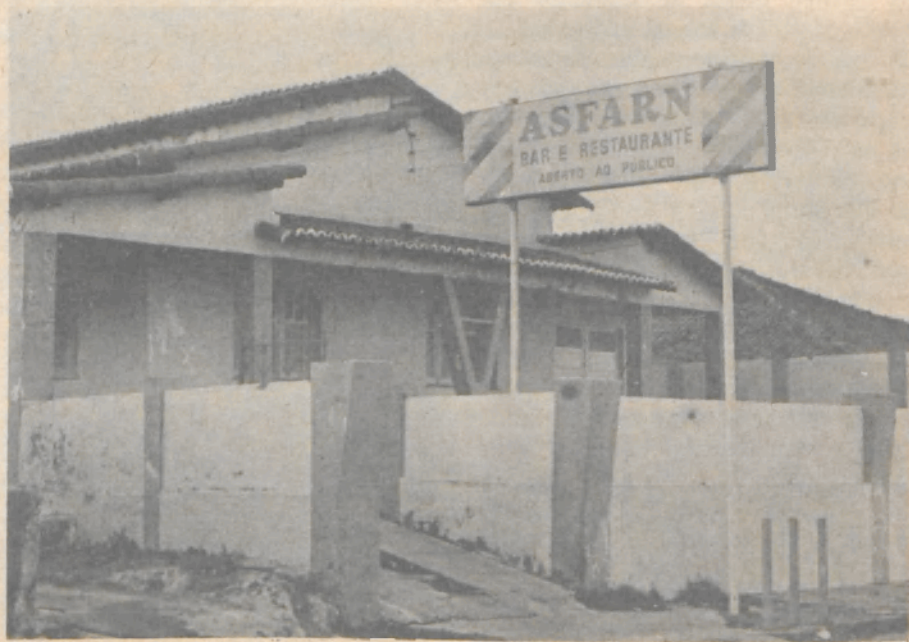
Luiz Carlos, do Kazarão: muito trabalho

Quanto à rivalidade entre os bares, Bosco discorda. Para ele a cooperação entre os bares é um fato muito mais marcante, o que descarta a possibilidade de rivalidade. “No máximo o que existe é uma certa concorrência. Fato que é bastante normal”, pondera.

ESTRUTURA — Há três anos à frente do «Antigamente», bar também central, Nazareno Vieira da Silva, 45 anos, macauense de nascimento, é taxativo: “Não faço bar para competir com os outros”. Ressaltando ter uma experiência de 15 anos com casas noturnas no Sul do País, Nazareno diz que a rotatividade dos bares em Natal é um fato que não lhe

preocupa. Pelo contrário — diz — isto é ótimo, pois nos obriga a desenvolver um trabalho mais profissional, que sempre é reconhecido pelo público, quando bem feito.

Quanto ao movimento no Antigamente, Nazareno se diz plenamente recompensado e acha que desta vez a casa vai se estabelecer e conquistar seu próprio público. Admite porém ter tido experiências negativas no ramo, aqui mesmo em Natal. Essas experiências foram com os bares «Boca da Noite», «Dó-Ré-Mí» e «Aleluia», todos fechados hoje. Mas destaca que o fracasso não foi seu, pois enquanto esteve à frente dos negócios, as casas andaram bem. Só com a sua saída é que elas fecharam. Isso aconteceu,



Asfarn: para um público específico

segundo explica, devido à falta de «estrutura». Lembrando que «aqui não vai nenhuma crítica». Mas não esclarece o que quer dizer por «estrutura». Prefere falar do seu sucesso atual com o Antigamente, sucesso este, conforme acentua, decorrente de sua experiência adquirida no Sul. E dá um conselho a seus colegas: o dono de bar precisa ter conhecimento de outras cidades de como se faz casa noturna. «É este o segredo da noite», pontifica. A boa música, o bom tratamento, segurança, respeito e boa bebida, são alguns dos ingredientes da receita de Nazareno para se ter sucesso com uma casa noturna em Natal.

MÚSICA AO VIVO — Nazareno chama a atenção especialmente para a importância da música ao vivo na noite. Nessa área, ele se considera um dos pioneiros. Lembra que quando voltou do Sul, só existiam três ou quatro casas noturnas com música ao vivo. Hoje, já são cerca de 40, confirmando uma tendência que ele, se não chegou a ser exatamente o pioneiro,

foi pelo menos um dos que mais lutaram para consolidá-la, confessa.

FUNDADOR — Arrogando-se o título de fundador da vida noturna em Natal, com o antigo Hippie Drive-in, na entrada de Ponta Negra, e que foi moda nos seus seis anos de duração — 1969 a 1975 — e proprietário há mais de 13 anos de um bem sucedido negócio no ramo de bares em Natal, o Kazarão, Luís Carlos Abbott Galvão, 58 anos, aponta uma única explicação para o seu sucesso: muito trabalho. Para ele, sucesso quer dizer bom serviço, ofertas compensadoras aos clientes, música ao vivo «gratuita» e ficar sempre atento ao próprio negócio.

Admite que o Kazarão tem sua própria faixa de público, composto por pessoas em sua maioria maduras, mas também é procurado por muitos jovens; que vêm à sua casa por uma opção de lazer. Quanto à rotatividade, diz que isto é um fenômeno normal numa época de crise, mas reafirma que acredita no ramo de bares, e confia em dias melhores. □

CONJUNTURA

Cuidado: a morte pode vir com um copo de refresco

Uma noite alegre e diversificada em Natal pode custar caro, principalmente se for acompanhada de tiragostos e lutas refeições no final. O preço, porém, talvez não deva ser computado apenas em cruzeiros quando estiverem computadas, nas despesas, as complicações de saúde que a falta de higiene nos bares, lanchonetes e restaurantes da cidade pode acarretar à diversão de boêmios incautos. O cuidado deve ser duplo porque, com 700 estabelecimentos cadastrados para a venda de alimentos, a Secretaria de Saúde Pública do Estado ainda não tem condições de arcar.

As irregularidades desses estabelecimentos constam, entre outras, da reutilização de produtos descartáveis como canudos e copos, e se agravam quando ocorre, por exemplo, a improvisação de mesas para cortar pão constituídas de tábuas apoiadas em vasos sanitários. A Secretaria de Saúde Pública está alerta; as equipes de fiscalização sanitária estão atuando. Mas os perigos de intoxicação alimentar são reais, e só poderão ser

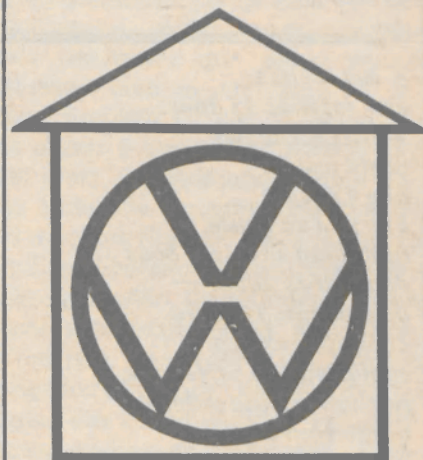
minimizados se o consumidor for também fiscal do seu próprio bem-estar.

FORA DE CONTROLE — A Secretaria de Saúde mantém uma equipe para a vigilância dos bares, restaurantes e lanchonetes composta de uma nutricionista, dois estagiários de Saneamento, um inspetor e quatro guardas. Em 1980, esse número de funcionários foi considerado adequado para fiscalizar os estabelecimentos natalenses. Hoje, porém, a situação mudou.

As fiscalizações são mais frequentes nas áreas da Cidade Alta, Alecrim, Rocas, Ribeira e praias. Os demais bairros são inspecionados por amostragem; as barracas, comerciantes ambulantes e **traillers** de lanche — por não serem cadastradas — ficam fora de controle.

«Não dá para percorrer todos os estabelecimentos», argumentou o Coordenador de Vigilância Sanitária da Secretaria, Cícero Fernandes Neto, «mas, na medida do possível, nós fiscalizamos, percorrendo uma vez

**PEÇAS PARA
VOLKSWAGEN
E FIAT**



**CASA DO
VOLKS**



É necessário manter seu patrimônio em dia. A época é de crise. E se você possui Volkswagen ou Fiat, não se esqueça que a Casa do Volks tem todo tipo de peça e acessórios para esses carros, inclusive tintas automotivas. A Casa do Volks vende a preços, realmente, sem competidor. Um amplo estacionamento coberto e um dos melhores atendimentos da cidade são bons motivos para você comprar na Casa do Volks. Seu carro estará mais protegido e você, naturalmente, mais satisfeito. Afinal, manter um patrimônio não é fácil.

'GURGEL & OLIVEIRA'

Comércio e
Representações Ltda.

Av. Prudente de Moraes, 1804
Tel.: 223-2488

UM PRESENTE DE 15 ANOS

*A sua revista
está fazendo 15 anos.
Venha participar
desta festa
que é nossa,
que fala da gente,
que conta as coisas boas
da terra da gente —
documenta, registra,
enaltece e critica
com isenção e seriedade,
tem um grande público,
muito bom conceito
e, sobretudo, merece confiança.
São 15 anos de jornalismo
especializado feito
com a prata da casa,
revelando valores novos,
consagrando nomes da terra,
enfim, servindo a cultura
e estimulando o desenvolvimento
do nosso Rio Grande do Norte.
Junte-se a nós,
venha participar
da festa mais potiguar
de nossa cultura
ao lado de quem acredita
no futuro do Rio Grande do Norte.
Faça agora sua assinatura
da nossa revista
RN/Econômico.
Preencha um cheque nominal
de Cr\$ 12.000,00 em favor
de RN/Econômico Empresa
Jornalística Ltda.
e remeta-o à Rua São Tomé, 421,
Centro — CEP 59.000 —
Natal (RN),
durante um ano
você vai acompanhar de perto
a história da sua terra.*

RN/ECONÔMICO
EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
RUA SÃO TOME, 421 - TEL. 222-4722 CEP 59.000
NATAL-RN

1 (UMA) ASSINATURA ANUAL

NOME _____

END. DE RECEPÇÃO _____

CIDADE _____

ESTADO _____ CEP _____

TELEFONE _____

DATA ____/____/____

por mês — pelo menos — os locais de maior afluência de público”.

Como reflexo dessa vigilância, há trinta estabelecimentos autuados por falhas de higiene nas instalações físicas, acondicionamento dos produtos e do lixo, além dos problemas de má apresentação dos manipuladores quanto à higiene corporal.

Os processos estão sendo examinados por um assessor jurídico da Secretaria e, cumpridas todas as determinações legais, os bares e lanchonetes autuados podem sofrer multas a partir de um valor de referência. Há, todavia, os reincidentes — que podem até ser fechados. Cícero Fernandes revela os três que têm problemas mais graves: “O **Barachão** e o **Ponto Frio Geladão**, na Avenida Rio Branco. O **Postinho**, na praia, tem apresentado falhas, que está tentando corrigir. Antes de chegarmos a autuar os estabelecimentos, nós procuramos orientar, inclusive com palestras. Só que, às vezes, isso não resolve”.

PADRONIZAÇÃO INSUFICIENTE

— As barracas da orla marítima constituem um problema a parte, tanto para o consumidor como para a Coordenadoria de Vigilância. Como não são estabelecimentos fixos e não têm CGC, a fiscalização ali é mais difícil. Na maioria delas, tomar cerveja em copo pode significar beber, também, um pouco da bebida de muitos copos lavados na mesma água.

Cícero Fernandes explicou que esse problema poderia ser resolvido com a utilização de recipientes d'água com pequenas torneiras. Para tomar, porém, qualquer iniciativa, são necessários entendimentos com a Prefeitura Municipal, o que ele pretende encetar ainda neste semestre. O trabalho já começou com a padronização das barracas. Resta ainda, padronizar a higiene.

Em estabelecimentos fixos, a Secretaria tem uma atuação mais eficaz. Para os ambulantes, contudo, o Coordenador de Vigilância receita: “Por enquanto, o consumidor deve ser o melhor fiscal. Qualquer irregularidade nos deve ser comunicada pelo telefone 222-1522, ramal 37, que nós iremos imediatamente examinar o local”.

PERIGO DENTRO DE CASA — É comum encontrar produtos perecíveis à venda em supermercados sem a data de fabricação, ou com o prazo de validade expirado. A própria lógica

indica que esses produtos devem ser recusados. No entanto, ainda que a data marcada no rótulo seja confiável, o consumidor pode estar levando venenos letais para casa, ao invés de os estar consumindo em público.

Cícero Fernandes alertou que esses produtos podem conter microorganismos nocivos à saúde, e complementou: “Se forem conservas alimentícias, o risco é grande se a lata estiver enferrujada ou estufada. Pode ocorrer intoxicação por botulismo — que atinge logo o sistema nervoso — e o resultado é quase sempre fatal”.

Também nesse campo, a Coordenadoria dispõe de uma equipe de três guardas sanitários, que fiscalizam os cerca de cinquenta supermercados da



Higiene: difícil de estabelecer

cidade. A vigilância é feita através de visitas regulares e trinta deles — em média — por semana, ou em regime de blitz, que muitas vezes culmina com a apreensão de considerável quantidade de alimentos.

O Coordenador esclareceu que o trabalho tem um cunho preponderantemente educativo e, nesse sentido, recomenda ao consumidor: “A compra de produtos alimentícios deve ser muito seletiva para evitar intoxicações — que começam com diarreias agudas e manchas vermelhas no corpo”.

Para produtos como cereais, verduras e frutas, o critério também deve ser rígido. O uso de agrotóxicos na agricultura repassa, ao consumidor, toxinas que têm efeito cumulativo. Quando a pessoa sente alguma coisa, o dano é praticamente irreversível. E aí, aparece uma situação tipo **beco-sem-saída**: cereais que não têm agrotóxicos, muitas vezes têm gorgulhos.

Que não prejudicam a saúde, isoladamente, mas tiram o teor nutritivo do alimento e o faz mais vulnerável ao ataque de fungos.

NEM SÓ DE PÃO... — A colaboração do consumidor à Coordenadoria de Vigilância Sanitária é indispensável. No momento, apesar disso, há muito poucas reclamações registradas, e ainda assim quase somente no tocante a supermercados.

Cícero Fernandes cobra esse potencial crítico dos natalenses, que também não é exercido em uma outra área: a da água. Hoje, a Coordenado-

ria não faz mais controle da poluição de rios — afeta à competência da Secretaria de Planejamento do Estado — mas realiza o exame da presença de fezes na água de abastecimento da Grande Natal.

“Os níveis microbiológicos dessas águas estão bons” — concluiu — “porém o consumidor deve ter cuidados essenciais à saúde. É preferível filtrar água diretamente da torneira, ao invés de utilizar a armazenada em caixas. Estas devem ser lavadas no mínimo uma vez a cada três meses. O que ocorre hoje é que as pessoas só fazem isso uma vez por ano”. □

MODISMO

Cinevídeos ocupam espaço que cinema está perdendo

O cinema já viveu dias melhores em Natal. As mudanças de hábito do público que determinam hoje uma queda na frequência às salas pouco confortáveis dos nossos cinemas remontam, porém, a fatos relativamente recentes: o aguçamento da crise econômica, sobretudo junto à classe média, aliás a maior afionada do cinema. Mas outros motivos podem ser enumerados. Dentre estes, a prevalência da televisão como fonte principal do lazer na preferência do público, reforçada pela baixa qualidade de muitas películas exibidas nos nossos cinemas.

MONOPÓLIO — De acordo com Gilson de Barros, Gerente Geral da

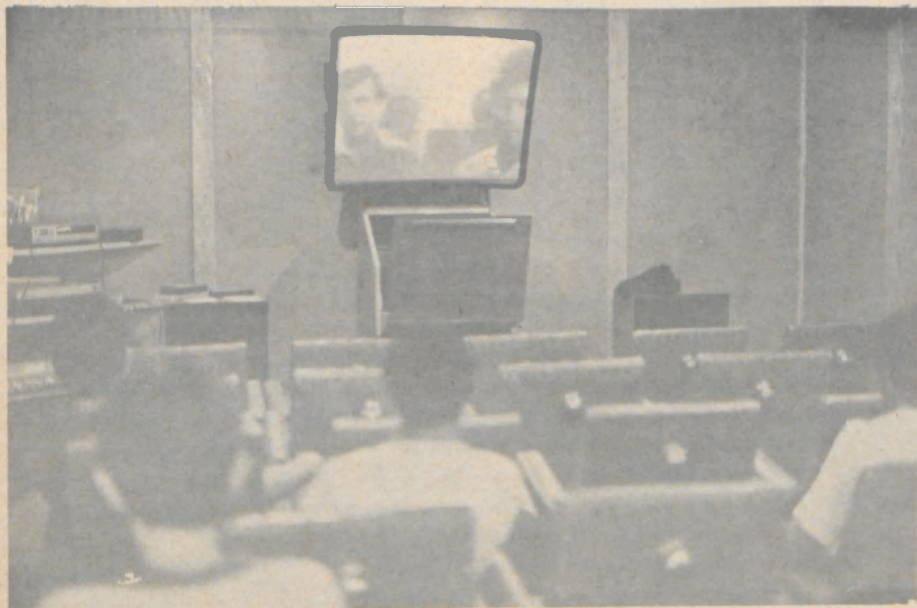
Cireda, empresa que agrega os Cines Rex e Nordeste, do ano passado para cá, registrou-se uma queda de público na ordem de 50 por cento nas suas duas casas. Motivos? Falta de dinheiro, medo de assalto, moradia distante do centro da cidade, onde estão concentrados os três principais cinemas em Natal e, naturalmente, mas não o maior motivo: a televisão. Gilson reluta em ver na televisão o maior rival do cinema. Em sua opinião a imagem da TV não pode ser comparável à oferecida pela tela cinematográfica, e o público já se apercebeu dessa evidência. Nem aceita tampouco a acusação de que o público se afasta do cinema em Natal porque as fitas são de má qualidade em geral, e quando são

boas, chegam com muito atraso. Para Gilson, a culpa não pode ser atribuída à direção do cinema, quando se dá deste exibir fitas de má qualidade. Quem responde por isso não é o gerente do Rex ou do Rio Grande, mas sim as distribuidoras de fitas que impõem normas voltadas para seus próprios interesses que quase nunca coincidem com os interesses do público. Segundo Gilson de Barros, o que ocorre é que para distribuir um bom filme, a distribuidora exige que seja cumprido um programa que inclui diversas fitas de baixo interesse geral, só liberando aquela que é sucesso garantido de bilheteria, após terem sido exibidas as anteriores. “Com isso” — observa — “somos obrigados a cumprir com as determinações das distribuidoras, verdadeiros monopólios multinacionais. O caso mais grave, segundo Gilson de Barros, é da Columbia Pictures, que distribui fitas de outras cinco empresas cinematográficas: Paramount, Fox, Warner Brothers, Metro e UIP — United International Pictures. Além, obviamente, dos filmes da própria Columbia.

Outra razão da baixa qualidade de algumas fitas exibidas, com grande frequência, no Cine Rex — as chamadas fitas obscenas — está ligada à política da Embrafilme, haja vista que em cada semestre, 35 dias devem ser obrigatoriamente dedicados à exibição de películas nacionais. Como a grande maioria dos filmes nacionais hoje em dia são claramente pornográficos, explica Gilson, reservamos o Cine Rex para estes filmes, deixando o Cine Nordeste para os filmes de melhor qualidade.

FILME PORNOGRÁFICO — Mas o modismo do filme pornográfico está passando. Pelo menos é este o pensamento do gerente geral da Cireda. E sua intenção é acompanhar essa mudança, mudando também a imagem do Cine Rex junto ao público. Para alcançar este objetivo, Gilson pretende exibir festivais semanais periódicos de filmes de boa qualidade no Rex, a exemplo do que foi apresentado na primeira semana de maio passado, que mostrou filmes como Perseguição Mortal, com Charles Bronson e Lee Marvin e Quem Encontra Um Amigo, Encontra Um Tesouro, com Bud Spencer e Terence Hill, entre outros.

Quanto à falta de conforto reclamada pelo público em relação aos cinemas de Natal, Gilson observa que



Cinevídeo: a alternativa

pouco ou nada pode ser feito a esse respeito, por enquanto. Para isso, acentua, seria necessário capitalizar os cinemas, fato impossível, no mo-

mento, diante dos custos exorbitantes das casas do ramo. Gilson esclarece seu ponto-de-vista. Só no contrato do filme, a empresa paga 50 por

cento do arrecadado na bilheteria à distribuidora. Mais 10% vão para a Prefeitura. Outros 5% para cobrir os custos com impressão dos ingressos.

Uma virada de 5 bilhões.

O ano novo chegou com uma boa nova para a Poupança Bandern: foram alcançados 5 bilhões de cruzeiros em depósitos.

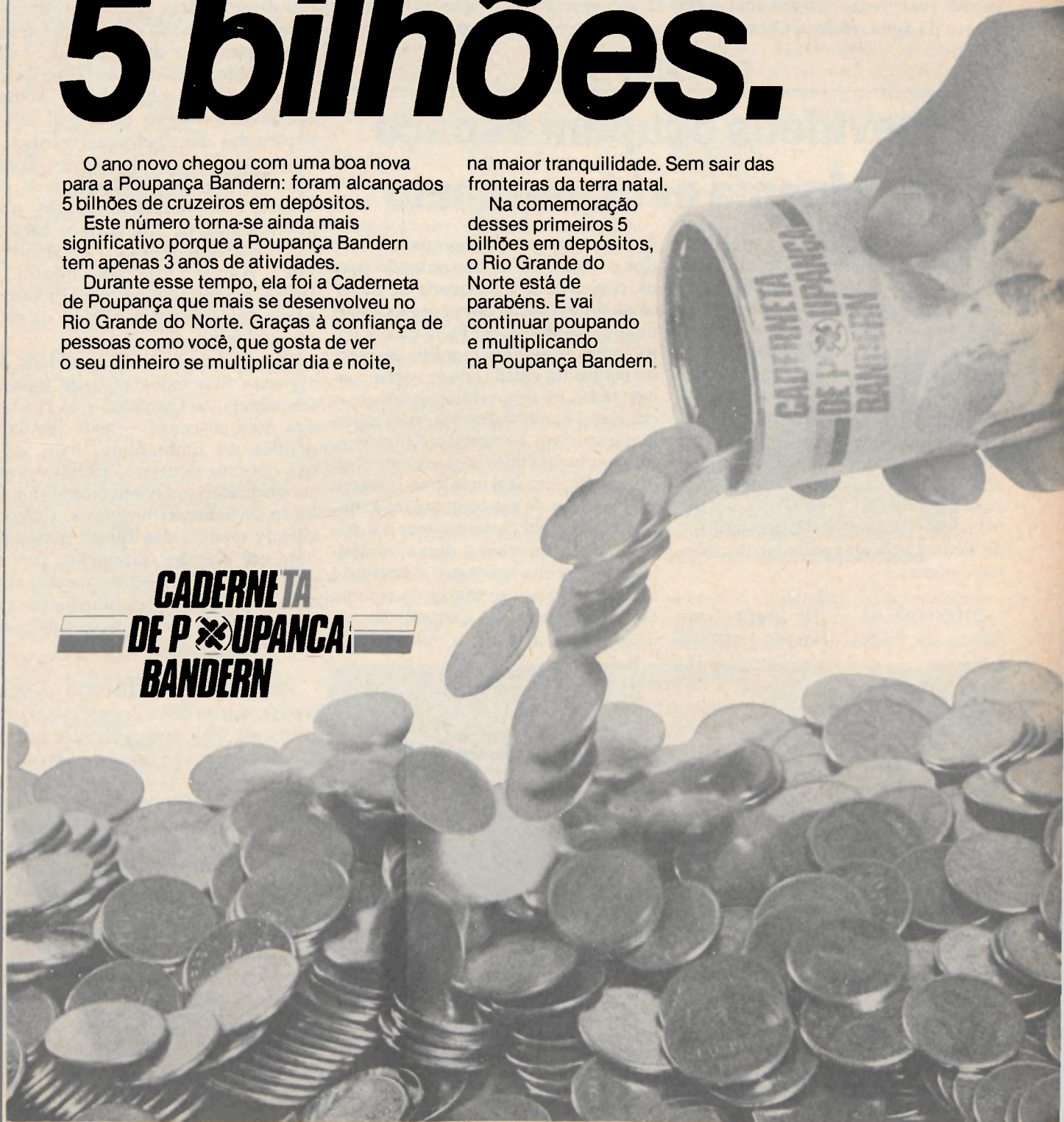
Este número torna-se ainda mais significativo porque a Poupança Bandern tem apenas 3 anos de atividades.

Durante esse tempo, ela foi a Caderneta de Poupança que mais se desenvolveu no Rio Grande do Norte. Graças à confiança de pessoas como você, que gosta de ver o seu dinheiro se multiplicar dia e noite,

na maior tranquilidade. Sem sair das fronteiras da terra natal.

Na comemoração desses primeiros 5 bilhões em depósitos, o Rio Grande do Norte está de parabéns. E vai continuar poupando e multiplicando na Poupança Bandern.

**CADERNETA
DE POUANÇA
BANDERN**



Mais 2,5% são destinados à ECAD. Finalmente (com o que sobrar), é preciso pagar pessoal, energia elétrica, carvão magnético (importado do Ja-

pão) e manutenção das máquinas. Após todas essas despesas, o lucro líquido é irrisório, diz Gilson, "e não admira que no interior do Estado já não existam cinemas".

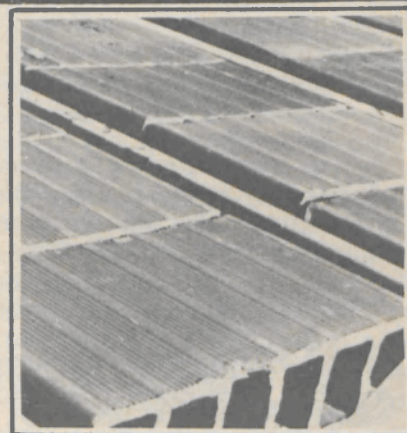
Analisando a situação presente das salas de filmes em Natal, Carlos Albuquerque, gerente dos Cines Rio Grande e Panorama, admite que houve uma crise, do ano passado a esta parte, que começa a ser debelada. Para ele, o principal fator crítico nos cinemas de Natal estaria na má qualidade das fitas. Reconhece que o público é exigente, e quer ver, portanto, boas fitas. Seu pensamento coincide com o de Gilson de Barros, dos Cines Rex e Nordeste, no respeitante à política monopolista da distribuidora Columbia, cujo exemplo mais escandaloso se deu com a distribuição da película do filme «E. T. — o extraterreno», que só foi entregue para exibição no Rio Grande após um intervalo de dois anos dos demais cinemas do País.

Mas E. T., é um caso isolado, diz Carlos Albuquerque, pois os bons filmes estão chegando em Natal simultaneamente às outras capitais brasileiras. Ademais disso, as distribuidoras estão alterando sua sistemática de distribuição, dando prioridade agora à reprodução de fitas de boa qualidade, deixando as de má qualidade em segundo plano, pois elas, as distribuidoras, também estão percebendo que precisam mudar, já que a política que vinha sendo aplicada também estava afetando seus interesses.

CRISE GERAL — O gerente dos Cines Rio Grande/Panorama reconhece que o cinema está acabando no interior. Mas não se trata, em sua opinião, de um fenômeno isolado. Basta ver, diz, uma cidade como Olinda, em Pernambuco, que hoje já não tem um único cinema. Todos estão fechados, observa. No interior do Estado de Pernambuco, continua Carlos, também já não há cinemas. Há uma crise geral, acentua, e a televisão tem algo a ver com isso.

Mas apesar desses fatos negativos, Carlos Albuquerque reafirma sua confiança no cinema como empresa. Tanto é verdade que seu grupo está concluindo duas novas salas de projeção, situadas na parte anterior do Rio Grande, com número em torno de 180 a 220 lugares, cada. "O cinema moderno, viável, tem de ser menor" — observa — "a exemplo do que vem sendo feito hoje em São Pau-

UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN



Um novo ponto para bons filmes

lo, Rio e outras cidades grandes. Ali — diz ele —, qualquer shopping-center tem duas, três, salas de projeção, que oferecem uma opção de escolha muito maior ao público. E isto que o público quer: variedade de opção. Nós também estamos partindo para isso”. Outro plano do grupo Rio Grande/Panorama, segundo seu porta-voz, é transformar o Rio Grande em dois cinemas. Um situado na parte térrea. O outro ficaria reservado à parte superior do prédio. Quanto ao Cine Panorama, seu futuro ainda está incerto. Por enquanto, está servindo para descarregar as películas de má qualidade — fitas obscenas, de violência, etc — a exemplo do Cine Rex. Mas talvez feche”, diz Carlos Albuquerque.

SONHO CONCRETIZADO — O teatrólogo Meira Pires, que dirigiu o Teatro Alberto Maranhão por quase uma década, tinha um sonho que nunca conseguiu realizar: ter um cinema em Natal. Coube a seu filho, Marcus Vinícius, dar realidade à velha aspiração do pai, homenageando-o, e partindo para um ramo diferente em termos de cinema em Natal: o cinema de videocassete.

O Cinevídeo Meira Pires, fundado há pouco mais de um mês no CCAB-Norte, é uma experiência sob alguns aspectos inédita no Brasil. Existem similares nas grandes cidades, mas com características diferentes. O que torna o «Meira Pires» diferente é a projeção de filmes comerciais. Os similares se limitam a apresentar shows e documentários. As informações são de Marcus Vinícius.

O Cinevídeo parece ter vindo para ficar, e está sendo tão bem aceito pelo público que seu criador está instalando mais duas casas. Uma, no Hotel Ducal. A outra, destinada ao CCAB-Sul, em Ponta Negra. Trata-se de um empreendimento relativamente simples, se comparado ao cinema: um aparelho de vídeo-cassete acopla-

do a um telão, que proporciona uma imagem intermediária entre a tela cinematográfica e a da televisão. No «Meira Pires» há 40 lugares, um serviço de ar condicionado central e serviço de bar. Os filmes são legendados em português. A tônica é proporcionar o conforto que os cinemas de Natal não oferecem. Mas a principal característica do «Meira Pires» é que ele só exhibe fitas inéditas, antecipando-se ao circuito dos cinemas, vez que a aquisição da fita cassete parece ser mais fácil do que a da película cinematográfica. Marcus Vinícius garante que tem condições de cumprir com essa promessa: trazer sempre fitas novas, garantindo com isso uma faixa de público mais exigente.

Marcus acentua, porém, que não quer competir com os cinemas. O telão do cine-vídeo não oferece a mesma imagem do cinema. Sua qualidade é inferior, reconhece. Mas essa falha, segundo ele, é compensada pelo maior conforto oferecido pelo Cinevídeo, além, naturalmente, do fato de que “estamos trazendo as fitas em primeira mão para o espectador, enquanto ela está quentinha, badalada por todo mundo”, diz.

Mas nem tudo vem correndo bem para Marcus Vinícius. A falta de uma legislação nacional sobre o uso público de videocassetes está criando uma polêmica jurídica sobre a exploração do mercado de cine-vídeos. Para Marcus Vinícius esta polêmica será resolvida em breve e ele confia sair vitorioso, mesmo porque seu negócio, conforme explica, não tem interesse comercial. O Cinevídeo Meira Pires é parte da Fundação Meira Pires, entidade de caráter beneficente. De todo modo fica a interrogação sobre o que surgirá da legislação a ser desenvolvida, em breve, em âmbito nacional, sobre o videocassete. Só após isso ficará decidido o futuro do novo mercado de diversão pública que Marcus Vinícius está inaugurando em Natal. □

TUDO EM FERRO E AÇO PELO MENOR PREÇO



Ampliando o seu atendimento em Natal, **COMERCIAL JOSÉ LUCENA** põe à disposição, neste mês de maio, mais uma loja, agora especializada em produtos de ferro e aço das melhores marcas. Com uma área de 800 metros quadrados, situada na Av. Presidente Bandeira, 882, Alecrim, a nova loja significa mais opções para a indústria de construção civil da cidade. Sendo a primeira em Natal a adotar o uso de balança industrial com capacidade para pesagens de até 60 toneladas, a nova loja dispõe de ferro redondo para construção civil, ferros quadrado e chato, barras e cantoneiras. Dispõe também de chapas pretas e galvanizadas **A PREÇOS DE FABRICA** e para atendimento em grosso e a varejo.



COMERCIAL JOSÉ LUCENA LTDA

Agora também com a loja de ferro na Av. Presidente Bandeira, 882, Alecrim — Fone: 223-4820 Natal-RN

O enigma brasileiro

NEY LOPES DE SOUZA

A arte, muitas vezes, explica fenômenos políticos. O Brasil de hoje lembra a lenda da esfinge grega, interceptando, na estrada da Beóxia, aqueles que não decifravam o enigma proposto. INGRES, consagrado no neoclassicismo, pintou o quadro famoso, exposto no Louvre, quando o enigma é explicado.

E o enigma brasileiro, quem decifrá? Existe a unanimidade de que a sociedade se conscientiza da necessidade de mudanças graduais e profundas. Não será pela ação unilateral, esquiava ao diálogo, que as dificuldades serão superadas. Fixar os pontos do debate é a providência inicial da conciliação nacional, o que deve ser feito logo, para que a palavra não se desgaste no tempo e no espaço.

Desde que se admita a existência de um Poder constituído no País, ter-se-á que partir da Emenda Constitucional, em tramitação, como o parâmetro básico do entendimento. Estão em jogo alterações amplas e profundas na Lei Maior. Não é, portanto, cingindo o debate a datas de eleição direta, que a solução se aproximará. Tal aspecto, é a espécie do gênero representado pela carência nacional de mudanças substanciais, principalmente na área econômico-social.

Dois pontos merecem análise especial:

1) A realização de eleição direta nos níveis federal, estadual e municipal (capitais e municípios). O princípio inatacável, Impõe, entretanto, cautelas adicionais. Por exemplo: O peso dos Estados do Norte e Nordeste no contexto político-eleitoral há de ser preservado. Se assim não ocorrer, voltaremos ao início da República, quando a nossa pobreza se confundia com a insignificância política, em números relativos.

A instituição dos delegados presidenciais, por Estado-Membro e a devolução do poder de iniciativa de Emenda Constitucional às Assembléias Legislativas são alternativas preventivas para o desequilíbrio fatal entre Sul e Norte.

Os delegados, escolhidos anteriormente á eleição direta, ratificariam o nome que obtivesse maioria absoluta do eleitorado. Não atingindo essa maioria qualificada, nova eleição realizar-se-ia, após o que, persistindo o impasse, caberia ao Congresso Nacional escolher os dirigentes da Nação. A alteração á proposta Figueiredo é de não considerar o limite de quarenta por cento de sufrágios e a instituição dos delegados presidenciais, como forma de valorizar o Norte e Nordeste. Não se trata de cópia do sistema americano, mas o reconhecimento de que, em ciências sociais, não se pode desconhecer a experiência secular de povos mais desenvolvidos, adaptando, os sistemas a nossa realidade.

As Assembléias Legislativas perderam o poder de iniciativa de emendas á Constituição, o que é tradição em nosso Direito Constitucional. Devolver é manter as linhas históricas da Carta Magna, o que foi retirado com a Emenda Constitucional n.º 1/69.

A devolução, porém, obedeceria critérios diferentes, ou seja, a maioria absoluta de, pelo menos, 1/3 dos Parlamentos Estaduais, seria o necessário para o

recebimento da Emenda no Congresso. Por outro lado, alterações constitucionais que visassem a correção de distorções regionais, a maioria exigida para sua aprovação no Congresso seria a absoluta e não 2/3, de forma a evitar o constrangimento do veto imposto pelos Estados ricos. Tal mecanismo, ensejará, a longo prazo, a implantação no Nordeste do tão sonhado federalismo regional, ou seja, a legalização do tratamento diferenciado, sem prejuízo da unidade federativa.

2) Como o nosso modelo é de economia de mercado, preservado o princípio da livre iniciativa (art. 160, I), a regra da gestão direta (art. 170 da Constituição atual) nada diz, sendo vaga e imprecisa. A proteção da empresa, como agente criador de riqueza, há de ser cuidada no texto constitucional, sob pena de falar-se muito e não dizer-se nada de prático para o futuro. Como seria tal proteção? Imagino assegurar ao Congresso Nacional a competência de autorizar a organização e exploração, pelo Estado, da atividade econômica.

O artigo 170 seria alterado em sua redação atual, ficando assim redigido:

“Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada e com autorização expressa do Congresso Nacional o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica”. A sugestão visa, portanto, a divisão de responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo, quando da ação direta do Estado no domínio econômico, considerando, sobretudo, que a intervenção estatal, prevista no artigo 163, da Constituição Federal, subordina-se a lei material, o que não é verdadeiro na hipótese das garantias asseguradas á empresa privada, no texto do artigo 170.

O princípio mandamental da «liberdade de iniciativa» (art. 160, I), caracterizada como concepção finalista da atividade econômica brasileira, se ajusta ao nosso Direito Econômico, o qual, limitado por essa e outras regras, instrumentaliza o Estado á desincumbir-se de sua função primordial que é o estímulo ao desenvolvimento econômico.

As restrições contemporâneas, no Estado Democrático-social, á liberdade de iniciativa, constituem, por outro lado, no entendimento do professor José Nabantino Ramos, em sua memorável obra «Sistema Brasileiro de Direito Econômico», a mais avançada sistematização dessas restrições, incorporadas ao Direito através das normas do Direito Econômico.

Naturalmente, as soluções propostas não decifram por completo o enigma, que não é privilégio brasileiro, mas da maioria das Nações na atualidade. Porém, encerram a lição, de que somente com criatividade e humildade, as fórmulas serão colocadas em cima da mesa facilitando a difícil tarefa de quem tem por missão construir o futuro.

* O Autor é Primeiro Suplente de Senador da República (PDS-RN), advogado e professor de Direito Constitucional da UFRN.

Gay, um eufemismo para não deixar à vista preconceito

JOSIMEY COSTA

O fato daquele rapaz estar debruçado na janela do seu apartamento poderia passar despercebido, não estivesse ele enforcado. A sua morte poderia ser mais um assunto para a página policial de qualquer jornal, não fosse ele Luís Osenildo Pereira, de 22 anos, o Nildo do mundo artístico gay natalense. O suicídio, apesar de tudo, foi notícia mais importante que a sua sexualidade. Não como prova de que a Imprensa reviu seu tratamento aos homossexuais, mas como atendimento ao apelo dos amigos: tratem Nildo como gente, não como rótulo.

O caso de Nildo é um entre os muitos exemplos que o preconceito contra homossexuais em Natal pode proporcionar, e que varia desde a simples zombaria mais ou menos maliciosa até os espancamentos frequentemente impunes. De acordo com declarações das próprias vítimas, a situação está mudando, o preconceito vai esmaecendo. Ainda assim, existem tantos matizes sutis na questão que vale o plágio: há mais mistérios entre a heterossexualidade e a homossexualidade do que possa imaginar nossa vã filosofia.

OPÇÃO POLÊMICA — Ser homossexual — ou «entendido», como querem alguns — resulta de uma reversão dos papéis sexuais sociais, uma vez que o sexo biológico permanece o mesmo — a não ser em casos de operações de transsexualidade. E isso que hoje pode parecer opção ainda é muito difícil de assumir, especialmente no Nordeste, onde o protótipo do «homem macho» ainda é largamente difundido na sociedade.

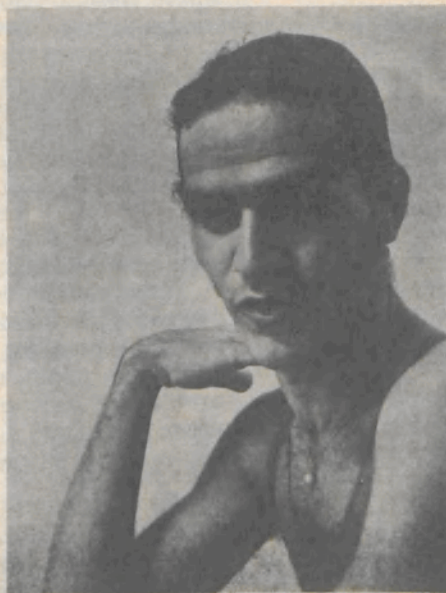
Para grande parte das pessoas dessa sociedade, tal opção é perversão ou doença. Esse último estigma é verdade, pelo menos, para o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social — Inamps — onde, no item 302.0 do seu código, a homossexualidade é classificada como «desvio mental».

O jornalista Paulo Augusto, que é também contista e poeta conhecido

nos meios intelectuais natalenses, sofreu na carne a agudeza deste estigma. Precisou sair de Natal para assumir o que ele hoje chama de «homossexualidade consciente», sem subterfúgios, sem falsos moralismos. Essa mudança de atitude ocorreu no Rio de Janeiro, mas mesmo lá, na década de 70, era preciso adotar uma postura mais convencional no emprego. Onde a afirmação um tanto quanto cética de Paulo: “A pior coisa do mundo é ser negro, pobre e homossexual”.



O gay apresenta-se como travestí e convence...



... como artista

MINORIA MAJORITÁRIA — A colocação de Paulo Augusto reflete a opressão que sofrem as minorias sociais, categoria em que se enquadram, em tese, os gays. Essa visão, no entanto, não é compartilhada por Júlio César, pintor atualmente com 24 anos e que assumiu muito cedo a sua homossexualidade.

Júlio César não aceita ser tachado como parte de uma minoria que, na sua opinião, é reafirmação do preconceito e manutenção da ideologia opressora. Também por esse motivo trocou o termo «homossexualismo» por «homossexualidade», justificando o segundo conceito como mais abrangente e ligado à sexualidade humana de maneira geral.

A exemplo do que pensa o pintor, a idéia de minoria começa a ser questionada pelos segmentos mais críticos do gueto homossexual em Natal. As

minorias acabam abocanhando um grande quinhão da sociedade se for considerado o número de entendidos — sejam eles ou elas — negros, feministas, índios e judeus em relação ao que resta da maioria.

Luciano Chapéu, ator especialista em Teatro de Revista e criador de uma personagem de grande sucesso — **Sossó de Mossoró** — resume a idéia de minorias majoritárias numa frase ilustrativa: “Se os gays que estão no cenário político se unissem numa frente ampla, nós já teríamos eleições diretas para Presidente da República”.

JOGO DE PALAVRAS — Chapéu faz um jogo de palavras que tem um sentido jocoso, como é praxe ao mundo gay de espetáculos. Isso simboli-

za dois níveis de aspecto lúdico na questão: um, a irreverência com que os homossexuais representam o mundo: outra, a falta de seriedade com que o mundo vê e rotula esses rapazes «alegres».

O primeiro tem um potencial essencialmente crítico, até quando se trata de travestis, que se apropriam e exageram a feminilidade da mulher como forma de demonstrar que esta é adquirida, e não biológica. O segundo nível é mais um expoente do preconceito no momento em que busca anular a possível importância da homossexualidade, rebaixando-a à condição de divertida e, por isso, sem importância.

Palavras como rapaz alegre, boneca, bicha, têm esse sentido jocoso/pejorativo. E o mais curioso: pelo menos uma delas — bicha — foi assimilada pelo gueto entendido natalense, assumindo conotações pretensamente carinhosas.

Novamente Júlio César vem contestar a situação estabelecida: “No gueto, as pressões e os modelos heterossexuais estereotipados são reproduzidos e multiplicados por mil. Isso é resultado da discriminação determinada pelos padrões sociais. A palavra bicha, por exemplo, é um jargão muito auto-destrutivo. Cada um, quando a usa, pensa estar exorcizando o poder dessa palavra. Mas se fosse assim, ela seria utilizada em todos os momentos sociais. E não é”.

Também nos locais de reunião gay

A arte ou o desejo de destacar?

há o sinal da discriminação, acrescentou Júlio. Eles estão sempre situados na periferia da cidade ou em pontos que não têm tradição de vida noturna. “Isso é segregação voluntária. A repressão policial também é aceita como se fosse proteção. E, no entanto, cada boate, cada bar para homossexuais imita todos os tiques e toques de qualquer lugar de consumo do mundo”, arrematou.

ESCUDO PROFISSIONAL — Hoje a mais conhecida buate gay fica num desses lugares descritos por Júlio como isolados em termos de vida noturna. A buate, que já foi Equus e ho-

je é Broadway, reúne homossexuais de ambos os sexos, e propicia às lésbicas a oportunidade de assumirem mais espontaneamente a sexualidade que, no dia-a-dia, elas camuflam melhor que os homens. Lá são encontrados os casais mais estabilizados — condição um tanto rara entre os homossexuais — e os «michês», espécie de **prostitutos** entendidos.

Cada uma das pessoas que frequenta a buate precisa ter, assumida a sua homossexualidade, um «escudo profissional» que garanta a sua aceitação na sociedade.

Paulo Augusto afirma que ser visto como intelectual é um dos motivos

Nildo, a arte de dublar perde para a realidade

Gal Costa poderia estar na Ribeira ou no Alecrim. Vestida com muito brilho e cor. Ou então, Baby Consuelo estaria no Palácio dos Esportes com o cabelo em perfeito estilo punk. Ou, ainda, Lucinha Lins poderia cantar e dançar no Centro da Cidade, para um público seletivo de natalenses. E, mesmo assim, todas teriam um ponto de intersecção: José Osenildo Pereira — Nildo — dublando a voz e a figura dessas mulheres famosas.

Essa a arte que Nildo interrompeu com o suicídio, cometido no

dia 21 de março passado e por enforcamento com uma corda de náilon. A morte de Nildo foi vista com pesar pelo mundo artístico em geral, pelo seu público que crescia a cada apresentação e, principalmente, pelo mundo gay da cidade. Se foi ou não fruto do preconceito, é difícil saber — ele não explicou o porquê do seu ato. Mas, certamente, as pequenas discriminações diárias, a vivência num «doce mar de veneno» que é o gueto homossexual, deram a sua contribuição para o desfecho.

Nildo saiu de casa aos 18 anos, depois de ter brigado com a família por ser diferente dos demais rapazes do seu meio. Descobriu o mundo artístico na então buate Sanuk, onde dividia o palco com Zezo — que dubla Ney Matogrosso — e Luciano Chapéu. De lá, desceu para a Ribeira, para o Frenezzi, o café-concerto de Arruda Sales. Passou pela Broadway e, ultimamente, participava de «Cabaret», um espetáculo apresentado todas as sextas-feiras no Teatro Jesiel Figueiredo.

As apresentações de Nildo eram elogiadas, em princípio pelo visual bonito e, depois, pela qualidade da dublagem que ele fazia. Mas isso não bastou para assegurar a tranquilidade financeira e emocional do artista. Que cumpriu seu último papel sem avisar ao público nem esperar aplausos.



que levam as pessoas a «perdoarem» a sua opção sexual. “É uma forma de compensação”, explicou, “porque, para quem não tem um título ou um **status social** mais elevado a apresentar, a aceitação é muito mais difícil”.

O dono da Broadway, Sidney Becker, corrobora a afirmação. Para a maioria das pessoas, ele é o dono da buate, o que lhe confere um respeito que antes era mais hesitante.

Júlio César também concorda, e argumenta que o número de profissões admitidas para os **gays** é muito limitado. Decorador, arquiteto, jornalista, artista — todas dentro do leque de profissões públicas, que induzam os profissionais a lidar com um grande número de pessoas. Isso quer dizer: em público, os homossexuais são menos perigosos.

RASGANDO RÓTULOS — “Preconceito? Todos os dias, todas as horas”. Essa é a assertiva comum a todos os depoimentos de homossexuais. O preconceito começa normalmente na família, se estende aos amigos — que não podem conceber uma amizade **desinteressada** com **gays** — e se reflete em praticamente todos os acontecimentos da vida aqui em Natal.

Pode ser sutil. O escritor Franklin Jorge, por exemplo, lançou seu últi-

mo livro — «Jornal de Bolso» — no mês passado com muito menos público do que em ocasiões anteriores. Motivo disfarçadamente alegado por várias pessoas que não compareceram: a escolha da Broadway como local para o lançamento.

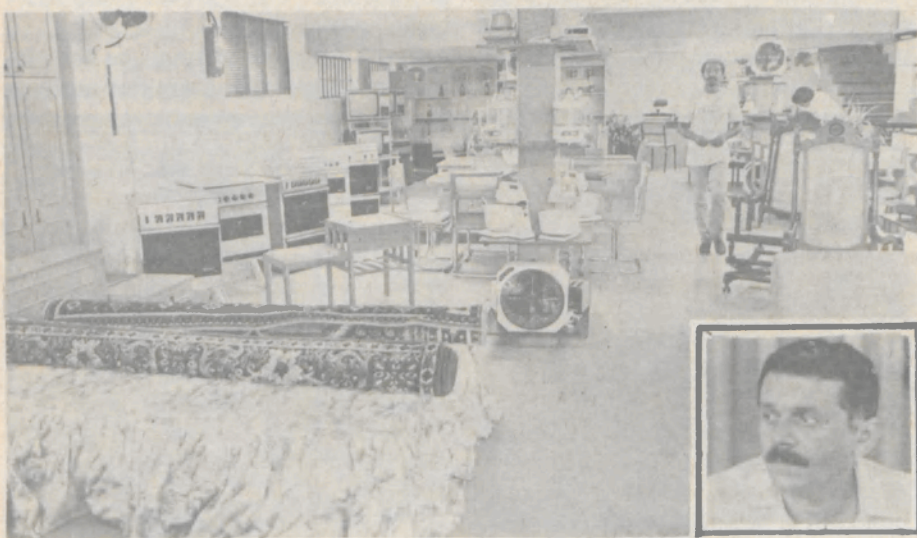
O preconceito pode, também, ser ostensivo e violento. Arruda Sales, pintor e ator, quase leva uma garrafa na cabeça, em um dos seus **shows** transformistas. Faltou pouco, e o resultado não foi trágico. No entanto, para os travestis, a maioria das ameaças se realiza. Como ocorreu numa noite de sábado do mês passado, quando quatro rapazes espancaram barbaramente a «falsa mulher» que fazia **ponto** entre as avenidas Hermes da Fonseca e Nascimento de Castro.

Este mesmo preconceito faz com que homossexuais masculinos vistam a aparência de extremo machismo, procurando assimilar os padrões que causam a sua marginalização; e que as lésbicas reproduzam, em suas relações afetivas, à perfeição um casal heterossexual. Contra este preconceito, Luciano Chapéu se insurge na mensagem aos heterossexuais: “Dispensem o rótulo de homossexual. A opção das pessoas quanto à sua sexualidade não interessa. Elas são como todo mundo, e não devem ser tratadas de forma diferente”. □

gos de vice-gerente e gerente. Agora lança-se como homem de seu próprio negócio, retendo o importante trunfo de Presidente da Federação de Diretores Lojistas do Rio Grande do Norte, em seu segundo mandato. «O Ponto Quente» é o nome da loja de eletrodomésticos que Zildamir Soares acaba de inaugurar na rua Ulisses Caldas, onde antes funcionou, durante 32 anos, a Casa das Máquinas, de outro bem sucedido empresário norte-riograndense, Luís Cavalcanti. O Ponto Quente tem como co-associado, outro ex-funcionário de A Sertaneja, Luciano Rodrigues Lúcio, 46 anos, que também ocupou importantes postos na empresa de Radir Pereira.

A FÓRMULA — Habitado às marches e demarches do comércio, Zildamir não parece preocupado por empreender um negócio num dos ramos mais concorridos de Natal, que é o de eletrodomésticos. Contra isso responde que seu forte será os preços altamente competitivos que oferecerá ao público. Para ter condições de praticar tais preços, Zildamir tem sua própria fórmula: trabalhar com custos operacionais baixos em relação aos da praça, inclusive limitando os gastos com pessoal. Destaca que esses custos operacionais nunca deverão ultrapassar 10 por cento do faturamento da loja. Ademais, frisa que não vai descontar títulos em bancos. Utilizará apenas o capital pessoal, garantindo-se contra os juros extorsivos que são cobrados atualmente pela rede bancária. E quanto a financeiras, tem planos de trabalhar com a Fininvest e a Vesplan, mas somente para a concentração do crédito diretíssimo (tipo de crediário que é feito na própria loja, mas que não leva risco para o seu capital). Finalmente, só trabalhará com clientes selecionados.

Quanto às dificuldades do mercado consumidor, provocadas pela recessão econômica que já perdura por cinco anos, Zildamir prefere encará-las como uma crise contingencial, que também representa um desafio, mas não um desestímulo. Embora admita que a época é de dificuldades para qualquer empreendimento comercial, Zildamir vê fatores positivos a médio prazo. Dentre estes, destaca a regularidade das chuvas deste inverno: haverá boas safras aqui e no Sul do País, que estão favorecidas por um inverno regular”. Com isto, observa, haverá mais produção e mais dinheiro em circulação no Estado, so-



EMPRESA

Zildamir: a hora de pôr em prática as teorias

Em seus 25 anos de vivência no comércio lojista de Natal, Zildamir José Soares de Maria, 41 anos, já galgou todos os degraus imagináveis no ra-

mo. Durante sete anos foi um simples comerciário. Em seguida, fez sociedade com o grupo de A Sertaneja, tendo exercido naquela empresa car-

bretudo na capital. E o comércio, garante, será um dos beneficiários deste novo estado de coisas.

Por outro lado, ele vislumbra sinais de queda no ciclo inflacionário, o que também oferece boas condições de recuperação para o comércio natalense.

VOCAÇÃO — Mas Zildamir deposita confiança no seu novo negócio principalmente devido à confiança que tem em sua própria capacidade de trabalho e na sua experiência. Faz questão de frisar, porém, que o comércio representa em sua vida muito mais do que uma simples profissão. Trata-se de uma vocação. De uma atividade a que deve tudo o que é e o que possui. Inclusive sua condição social de empresário, de chefe de família e de homem bem relacionado na sociedade natalense. Concorde que o comércio é uma profissão difícil, mas empolgante, desde que pautada sob o princípio da dedicação, do trabalho, aliado à criatividade. E recomenda aos comerciantes mais jovens que confiem em si mesmos, e procurem honrar sua profissão com dedicação e trabalho, que haverão de colher frutos no futuro.

CONSUMIDOR — Em sua longa vivência no comércio, Zildamir já detectou algumas características principais do consumidor natalense: é, em sua grande maioria, oriundo da classe média. Outra característica, é que o natalense procura sempre comprar o melhor pelo menor preço. Observa, porém, que o nível de liquidez do consumidor natalense vem caindo nesses últimos anos, devido ao aumento acelerado do custo de vida e, principalmente, devido aos aumentos exorbitantes das prestações do BNH. Esse fenômeno, porém, é passageiro, segundo Zildamir, e deverá ser revertido em breve com a queda da espiral inflacionária e a consequente recuperação de poder aquisitivo do natalense.

Quanto ao curioso nome de O Ponto Quente, que escolheu para batizar sua loja, e que foge às habituais designações das similares em Natal, Zildamir conta que o nome lhe foi sugerido por um acaso. É que os amigos lhe observaram que a loja que sucederia à antiga Casa das Máquinas estava situada num «ponto quente», isto é, num ponto bom para o comércio. Daí ele resolve acatar a sugestão e confia que tal prognóstico será cumprido. □

AMBIENTE

Poluição, problema ainda sem atribuição definida

Das 200 indústrias cadastradas pela Coordenadoria de Meio-Ambiente da Secretaria de Estado do Planejamento, 70 são poluidoras ou potencialmente poluidoras e, destas, 35 têm possibilidade de comprometer os mananciais hídricos do Rio Grande do Norte. E mesmo já tendo sido esgotado, desde março do ano passado, o prazo de 180 dias para todas as indústrias procurarem a Coordenadoria, apenas 15 delas estão licenciadas ou em fase de licenciamento para funcionarem sem riscos de danos ecológicos.

Estes dados são os primeiros resultados concretos da atuação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Meio-Ambiente, instalado em setembro de 1983 e que engloba a Coordenadoria do Meio-Ambiente, responsável pela operacionalização de sua política. Entre os estudos preliminares do órgão estão a análise das duas bacias principais da Grande Natal — Pitimbu e Potengi — e a conclusão de que o Estado ocupa posição privilegiada em termos de poluição ambiental no Nordeste.

PREVENÇÃO E CORREÇÃO — Reunindo os grupos responsáveis pela área de Ciência e Tecnologia, pesquisadores e técnicos de fiscalização, vinte e oito pessoas estão trabalhando a nível oficial pela defesa do meio-ambiente potiguar. Além dos estudos das condições de poluição do solo, ar e água, o grupo se preocupa com quaisquer outras atividades que podem ser poluidoras, entrando nesse espectro até os loteamentos das áreas litorâneas. Ou seja, as imobiliárias também são objeto da fiscalização da Coordenadoria.

A responsável pelo órgão, Délia Fernandes, explicou que as atividades são, no atual estágio, principalmente de cadastramento, análise e prevenção de acidentes ecológicos. A correção de irregularidades, porém, entra nas atribuições da Coordenadoria do Meio-Ambiente, e as empresas que não estiverem regulares podem ser multadas entre 100 e 1.000 ORTNs, terem perda ou restrição de incentivos fiscais e financiamentos ou, ainda, terem a suspensão de seu

funcionamento nos casos mais graves. A Coordenadoria ainda não está exercendo fiscalização nesse sentido, uma vez que não pôde visitar todas as fábricas. No entanto, quinze delas já estão com todos os requisitos exigidos para a preservação do meio-ambiente através do tratamento adequado dos afluentes. E exemplos crônicos de poluição do ar — como é o caso da Diafil Diatomita, Algodoeira São Miguel e Fábrica Santa Mônica — já estão sob controle.

POLUIÇÃO CIRCUNSTANCIAL

Entre as indústrias licenciadas estão as usinas alcooleiras e açucareiras e a Poty Refrigerantes. Em fase de licenciamento, estão a Dubom, Matadouro Municipal de Eduardo Gomes, Raros, Texita e Texita Tecelagem e Concretex.

Estas, como várias outras indústrias, despejam seu efluentes no ar ou na água, e determinam uma poluição permanente em níveis baixos e, até certo ponto, seguros. O desastre ecológico ocorre normalmente com poluições circunstanciais, súbitas e que matam seres — como aconteceu recentemente no Rio Ceará-Mirim.

O esclarecimento é de Délia Fernandes, que acrescentou: “A água é exatamente o ponto mais preocupante. Os desastres podem ocorrer, mas estamos atentos, e contamos com a boa vontade das empresas. O fato de que as instaladas há algum tempo não nos procuram é resultado do desconhecimento da legislação, e isso nós estamos procurando corrigir. Mas o nosso Estado é privilegiado, e se algumas indústrias são consideradas poluidoras, é muito mais por se encontrarem em zonas densamente povoadas do que pelo nível tóxico dos seus efluentes”.

BACIAS ESQUADRINHADAS — A poluição hídrica realmente consta das prioridades da Coordenadoria. Tanto assim que estão sendo realizados dois estudos paralelos: um com a Bacia do Pitimbu — priorizada por ser responsável por grande parte do abastecimento d'água de Natal — e outro com a do Potengi, que tem especial significação econômica. □

Há dias em que a gente não consegue escrever nada. Ou escreve mecanicamente e desprovido de paixão, obrigado pelo dever de escrever que pasteuriza a linguagem.

Não me sentia assim há muito tempo. Mas hoje, ainda chocado com o suicídio de um grande e querido amigo que, na solidão de Nova Iorque, fez um brinde tão maldito que o prostrou, não me sinto capaz de escrever nada absolutamente. Assim, recorro às páginas de um Caderno de Confissões, segunda parte do livro **Retratos Pessoais** para preencher este espaço que, do contrário, ficaria vazio de minha presença.

Escolhi para ilustrar estas palavras alguns desenhos de Ernesto Meyer Filho, artista catarinense que Ersine Goodman tanto apreciava, numa dupla homenagem ao artista que trabalha e resiste e ao amigo que se foi.

Outros passos da paixão. Descobri que a primeira palavra que escrevemos desencadeia as demais. Palavra atrai palavra, assim como, inesperadamente, na rua ou na igreja, o homem atrai a mulher e a mulher atrai o homem. O que exige esforço é cortá-las, quando nos propomos, depois, enxugar o texto de todas as adiposidades verbais.

Aí, sim, começa o verdadeiro calvário do escritor. Cortar é renunciar a uma parte que, embora pobre, nos pertence. Renunciar a essa parte determina todo o resto, ou seja, a gente se perde ou se ganha.

É nesse trabalho de



Aqui, trabalhos do pintor catarinense, Ernesto Meyer Filho.

despojamento do texto que reconhecemos, entre os escritores, o artista. Aquele que, se deixasse de escrever, morreria.

Onde um conselho dado surpreende o jovem poeta. Um conselho que ouvi adolescente, na época em que passei a

publicar poemas e crônicas nos jornais de Natal e Recife, marcou-me para sempre. Não tanto pelo conselho, pois os adolescentes não costumam levar em consideração nenhum conselho, mas pela sua estranheza.

Este conselho me foi dado pelo médico e ho-

mem de letras José Carlos Cavalcanti Borges, falecido o ano passado:

— “Não deixe de plantar na sua horta literária um canteiro de vaidade. Lembre-se de minhas palavras. Talento sem vaidade não prospera...”

Escritor, senhor de uma acuidade crítica pouco usual, José Carlos fez uma admirável adaptação para o teatro do clássico de Gilberto Freyre, **Casa Grande e Senzala**. Era realmente um talento. Mas, parece-me, um talento sem vaidades. Morreu, pois, sem a projeção que o seu nome merecia.

Onde Jáco luta com o Anjo. **Meu duelo com Deus dura há muito. Deus não me dá sossego. Está nos Poemas Diabólicos & Dois Temas de Satã, que publiquei somente em '82 com esplêndidos desenhos de Flor Opazo Baltra, artista chilena, e um generoso prefácio de Antônio Carlos Villaça.**

Deus está nos meus primórdios. Está numa peça de teatro que escrevi aos dezenove anos, **O Covil do Cão Que Uiva, puro Beckett, que somente vim a ler anos depois. Lembro-me que Deus liquidava, no final, as personagens, confirmando assim a própria divindade. Matar me parecia então uma prerrogativa divina. O título foi recolhido em uma conversa ou de uma peça de Natí Cortez. Mostrei os originais a Demóstenes Amorim que, não sei se por generosidade ou por galhofa, pois jamais descobri quando ele falava sério ou brincava, escreveu um belo prefácio. Dizia Guilherme, personagem da peça, agonizante: — “Deus é tudo o que me falta para compreender-Lo...”**

Pano rápido.

Onde a confissão é de leite. A coisa que mais me agrada fazer é escre-

ver. Conheço autores que se sentem, escrevendo, como que possuídos pela divindade. Desconfio que estes não sejam autores de verdade, mas médiuns, pais-de-santos, xamãs. Qualquer coisa nesse gênero. Nunca, porém, escritores.

Escrever para mim é importante exatamente porque me faz sentir mais homem, mais real, mais existente. Escrevendo tenho a oportunidade de repensar minhas idéias ao mesmo tempo em que logro trazer para a superfície a parte oculta nas profundezas do ser. Escrevendo sou capaz de conviver mais conscientemente com todas as fraquezas do meu caráter; escrevendo me depuro.

A síntese de tudo na vida. Começamos todos fascinados pelo mistério do teatro, pelo mistério da vida que subsiste no teatro, ou seja, nessa forma especial de liturgia a que chamamos, apropriadamente, de teatro. Emergi da vida para o teatro e do teatro para vida consciente, que é vida multiplicada infinitamente pelo sonho. Pois já o grande, o imenso Calderón de La Barca, no apogeu do Século de Ouro espanhol, não proclamara numa de suas peças, hoje clássica, que A Vida é Sonho?

Minha avó me estimulava. E, na casa grande da fazenda, durante as férias escolares, dirigia os nossos espetáculos. Eu, menino, fiz um papel na comédia de Martins Pena **O Juiz de Paz na Roça. Usava uns bigodes postiços. Durante a encenação os bigodes**

caíram no meio da sala. Saí de cena, vaiado pelos meus irmãos e primos.

Escrevi duas peças, que se perderam, felizmente.

De suposições e opções. Creio que fui levado a escrever crítica de arte por uma tendência — em mim arraigada e definidora do meu caráter inquieto — para o inconformismo. Tenho uma reserva enorme de desprezo aristocrático pelos espíritos concordes, amorfos, de ovelhas. Na minha vida, a crítica não foi uma escolha pessoal, mas uma fatalidade.

As cisões que a crítica provoca são intelectualmente criadoras e estimulantes. Forçam as pessoas a reciclarem as suas opiniões. A crítica é dinâmica. E vale na medida em que gera choques culturais. O objetivo da crítica não é, propriamente, «dar nota», mas discutir e questionar idéias e obras.

A crítica, antes de ser um gênero literário a mais — e eu acredito na autonomia da crítica como gênero literário tão criativo quanto a ficção e a poesia —, deveria ser um instrumento de autoconhecimento, de gnose. Por isso insisto na sua função questionadora, capaz de transcender o objeto estético. Se a crítica não é capaz de provocar diálogos e crises, deixa de ter algum sentido e perde inteiramente o seu lugar na hierarquia das idéias.

Onde o crítico comenta uma crítica. **Embora apoiado no porrete nodoso da boa regra, segundo o poeta Charles Picker, o crítico também está ex-**

posto a crítica... Assim, quando publiquei o Jornal Amado, livrinho sobre o escritor Jorge Amado e o artista Calasans Neto, seu ilustrador preferido, recebi uma severa crítica de Sara Rosemberg: — “Tem gente demais no seu livro”. Sara, como se vê, é anímica.

Imagino o que não dirá destes Retratos Pessoais, que abrem com uma dedicatória enorme. Confesso que não sei escrever sem a numerosa presença humana. De fato há gente demais nos meus livros. Mas, sem gente, não escrevo nem mesmo cartas. Já Montaigne nutria viva ojeriza as dedicatórias. É pena que eu não me lembre, agora, de suas palavras. Mas a diatribe é famosa.

Onde o autor se despede gastando seu pouco latim. Não creio que o escritor seja, a priori, um psicólogo. Um escritor, acima de qualquer outra coisa, deveria ser um escritor. E, em sendo escritor, sem dúvida agradaria a Deus. É verdade que, ao escrever, o escritor vai se autopsicanalizando também e Pessoa é um exemplo perfeito.

Aprecio a aventura, mesmo intelectual. Assim, para mim, a arte literária tem algo de jogo. Um jogo que acaba levando a parte alguma. Mas é o único jogo que eu sei jogar, Deus me perdoe, ou tenho a pretensão imensa de vir a saber jogar...

Então vou jogando e aprendendo a jogar.

Et nunc dimittis seruum tuum, Domini.

FRANKLIN JORGE



O entendimento nacional

E abriram a porta que dava para uma sala. Lá dentro, uma mesa pronta para o grande entendimento nacional. Entre a multidão que se preparava para entrar na dita cuja, destaca-se um cidadão de óculos que, em louca disparada, ocupa uma das cabeceiras da mesa:

— É o turco maluco! Exclamou alguém.

O Fig entra irritado e cochicha algo no ouvido do senhor de óculos de grau que simplesmente respondeu:

— Sorria, Presidente.

E a confusão começou. No meio de todo alarido, um sujeito quis virar a mesa. Virou. Só que a mesa caiu em cima dele.

De repente, entra na sala um senhor que atendia pelo nome de Cruz, torcendo o braço de todo mundo e mandando pedir desculpa. Vanja vai, vanja vem, apareceu a turma do «deixa disso» e tudo ficou beleza: trocaram a mesa por uma outra, redonda.

Outro dilema foi a cor da toalha da mesa:

— Vermelha! Gritou um comuna que estava sentado à esquerda.

— Amarela!

— Nunca! Essa é a cor das Diretas! Gritou por sua vez o turco de óculos de grau.

Solução: providenciaram uma toalha de cor branca, da paz.

Enfim, começou o grande entendimento nacional. Todos os segmentos da sociedade sentados à mesa. As forças vivas e as forças mortas da nação. Todos representados sem exceção, tinha de tudo: membros da União dos pais-de-santo, associações gays, federação dos alcoólatras anónimos, das viúvas desamparadas, dos criadores de canário belga, etc. e tal.

Dizem que o Volonté apareceu por lá.

Todo mundo bem sentadinho naquela reunião bastante concorrida — toda a imprensa nacional e estrangeira estava lá — quando pintou um branco total. Gelo. Ninguém falava nada. Um olhando para o outro.

Foi aí que uma voz lá de trás começou com “um... dois... três... e” ...

— DIRETAS JÁ! Gritaram 93% dos que estavam ali.

— Como? Não entendi!? Interrompeu o turco de óculos de grau.

VENHA PARA NOSSOS 15 ANOS.

Este é o ano 15 de RN-ECONÔMICO. Um bom ano para você participar mais ainda de nossos empreendimentos jornalísticos. Como bem sabe, quem chega a essa idade tem sempre os olhos de todos voltados para si.

Logo, se você também está presente ao centro desse evento, terá o mesmo destaque.

Da nossa parte, durante nossos cinco mil e tantos dias de vida, sempre tivemos satisfação em estar com você e todos os que se empenham no trabalho de fazer este Estado crescer. Participamos, com o mesmo prazer, de festas de outros que completaram tanto e, às vezes, muito mais tempo do que nós.

Cumprir etapas é bom para todos.

Estimula. Contagia.

Mostra que o trabalho compensa.

Por isso o convidamos para estar conosco na nossa festa de 15 anos.

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL
IMPRESSOS EM
OFF-SET E
TIPOGRAFIA

CINCO OPÇÕES PARA SUA ESCOLHA



ESCORT 

**PROTEÇÃO FORD
CONTRA A CORROSÃO***
**3 ANOS
DE GARANTIA**

ESCOLHA SUA MÁQUINA TOTAL: 5 MODELOS, 15 CORES, 3 OU 5 PORTAS.

Você pode escolher seu Ford Escort. Com motor em 3 versões: CHT e CHT E-MAX, álcool ou gasolina. E CHT-Alto Desempenho, a álcool, exclusivo do modelo XR-3. Transmissão de 4 ou 5 marchas. Três ou cinco portas. Em 5 modelos diferentes: Ford Escort, L, GL, Ghia e XR-3. E mais, três revisões gratuitas: 2.500, 10.000 e 20.000 km. Em todos eles, você vai encontrar anos e anos de pesquisa Ford. Para oferecer a você um novo carro, mais rápido, mais econômico, mais seguro e mais bonito. Ford Escort, a máquina total. Vá ao Distribuidor Ford escolher o seu. Através do Consórcio, Ford Financiadora ou "Leasing".

REVENDEDOR AUTORIZADO



GRANORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA

Av. Salgado Filho, 2810 — Tels.: 231-4272/4455 — Natal-RN